



UEPB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JESSICA MONTEIRO VIANA DE ANDRADE

**DOS NÚCLEOS FABRIS AO PODER LOCAL: UM CORONELISMO INDUSTRIAL
NO INTERIOR DA PARAÍBA (1917-1949)**

GUARABIRA- PB
2019

JESSICA MONTEIRO VIANA DE ANDRADE

**DOS NÚCLEOS FABRIS AO PODER LOCAL: UM CORONELISMO INDUSTRIAL
NO INTERIOR DA PARAÍBA (1917-1949)**

Trabalho de Conclusão de Curso em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

Área de concentração: História, Política e Relações de poder.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino

**GUARABIRA-PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A553d Andrade, Jessica Monteiro Viana de.
Dos núcleos fabris ao poder local [manuscrito] : um coronelismo industrial no interior da Paraíba (1917-1949) / Jessica Monteiro Viana de Andrade. - 2019.
73 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2019.
"Orientação : Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino , Departamento de História - CH."
1. Família Lundgren. 2. Coronelismo. 3. Rio Tinto. I. Título
21. ed. CDD 352

JESSICA MONTEIRO VIANA DE ANDRADE

**DOS NÚCLEOS FABRIS AO PODER LOCAL: UM CORONELISMO
INDUSTRIAL NO INTERIOR DA PARAÍBA (1917-1949)**

Monografia apresentada ao Programa de
Graduação em História da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de
Licenciatura em História.

Área de concentração: História, Política
e Relações de poder.

Aprovada em: 17/06/2019.

BANCA EXAMINADORA

Cristiano Luís Christillino

Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva

Prof.ª. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

FRANCISCO FAGUNDES DE PAIVA NETO

Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus avós Neuza e José (*in memoriam*),
que pelas suas histórias de vida fizeram-me
escrever este trabalho, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Cristiano Christillino, pelas leituras sugeridas e pelos diálogos enriquecedores de conhecimento durante os meses de orientação.

Aos meus pais Andréa e Manuel, a minha avó Neuza, ao meu namorado José Antônio, aos familiares e amigos que me apoiaram desde o início da graduação.

Aos professores do Curso de História da UEPB, que contribuíram ao longo de quatro anos para o meu desenvolvimento acadêmico. Assim como, agradeço a minha professora do Ensino Médio Rogéria Trindade de Moraes, por ter me motivado a escolher o curso de História.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio, em especial a Angélica Araújo que esteve comigo desde o início da graduação.

“Significando o isolamento, ausência ou rarefação do poder público, apresenta-se o “coronelismo”, desde logo, como certa forma de incursão do poder privado no domínio público”.

(Victor Nunes Leal)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a inserção da família Lundgren na política local entre os anos de 1917 até os fins da década de 1940, com a instalação de uma unidade fabril em Rio Tinto, pertencente ao município de Mamanguape no interior do Estado da Paraíba. Assim sendo, a pesquisa buscou compreender como os Lundgren pertenceram ao fenômeno do coronelismo, uma vez que apresentam a particularidade de estarem dedicados a uma atividade econômica industrial. A partir dos estudos de Victor Leal, do acesso a jornais e de outras fontes, seguimos com os estudos revisando a história da família desde a chegada do patriarca Herman Lundgren ao Brasil, a instalação da Companhia de Tecidos Paulista e a trajetória dos irmãos Lundgren em Pernambuco, para assim entendermos como se deu a construção política e coronelística na Paraíba dos industriais. Dessa maneira, também abordaremos como os mesmos desenvolveram-se diante as mudanças políticas que ocorreram no país, como a transição da República Velha para o período de Vargas.

Palavras-chaves: Família Lundgren; Coronelismo; Rio Tinto.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the insertion of the Family Lundgren in local politics between the years of 1917 until the end of the decade of 1940, with the installation of a manufacturing unit in Rio Tinto, belonging to the municipality of Mamanguape inside the state of Paraíba. Thus, the survey sought to understand how the Lundgren belonged to the phenomenon of Coronelismo, once you have the particularity of being dedicated to an industrial economic activity. From the studies of Victor Leal, access to newspapers and other sources, follow with the studies by reviewing the history of the family since the arrival of the patriarch Herman Lundgren to Brazil, the installation of the company of tissues Paulista and the trajectory of the brothers Lundgren in Pernambuco, to understand how did the political construction and coronelística in Paraíba State of the industry. In this way, we also discuss how they developed before the political changes that have occurred in the country, such as the transition from Old Republic for the Vargas period.

Keywords: Family Lundgren; Coronelismo; Rio Tinto.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Herman, fundador das indústrias Lundgren.....	18
Imagem 2- Cais da Lingueta: primeiro ponto comercial de Herman Lundgren.....	19
Imagem 3- Propaganda da CTP.....	24
Imagem 4- Redução nos preços dos tecidos.....	27
Imagem 5 - Núcleo da CTP.....	28
Imagem 6 - Coirmã da CTP é inaugurada.....	51
Imagem 7- João Suassuna Visita Rio Tinto	52
Imagem 8 - Visita de Argemiro Figueiredo a Mamanguape.....	55
Imagem 9 - Vista dos núcleos residenciais e do parque industrial em meados dos anos 40 ...	58
Imagem 10 - Núcleos residenciais na Vila de Monte Mor.....	62
Imagem 11 - Resquícios do Palacete dos Lundgren.	63
Imagem 12 - Presença do chafariz entre as residências operárias.	65
Imagem 13 - Antigo Cinema Cine Teatro Orion, inaugurado em 1944.	66
Imagem 14 - Antigo “barracão”.	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Exportação em Mamanguape (1906-1908)	39
Quadro 2 - Informações sobre o funcionamento de alguns engenhos em Mamanguape no início do século XX	39

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CIA. – Companhia

CTP- Companhia de Tecidos Paulista

CTRTR - Companhia de Tecidos Rio Tinto

EACFL - Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren

IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

P.F - Powder Factory

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: O PROGRESSO DA FAMÍLIA LUNDGREN NO NORDESTE	17
1.1 Antecedentes históricos: Herman Lundgren, onde tudo começou	17
1.2 Da Pernambuco Powder Factory S/A a exportação da cera de carnaúba	22
1.3 A fábrica Paulista, um novo investimento	24
1.4 O histórico dos Lundgren na política de Pernambuco	30
1.5 O impacto da CTP: um caso de poder	32
CAPÍTULO 2: A CHEGADA DO “SISTEMA LUNDGREN” NO INTERIOR DA PARAÍBA	37
2.1 Por que a Paraíba, por que Mamanguape?	38
2.2 O que era a “Vila da Preguiça”?	40
2.3 O coronelismo, como e quando surgiu?	43
2.4 Os Lundgren e o poder local: como um coronel industrial?	46
2.5 A escalada dos Lundgren ao poder (1917-1940)	49
CAPÍTULO 3: A CONSTRUÇÃO DE UM NÚCLEO FABRIL NA “VILA DA PREGUIÇA” E O MANDONISMO LOCAL	57
3.1 O núcleo fabril do “Sistema Lundgren”	57
3.3 A construção dos núcleos residenciais da CTP – Fábrica Rio Tinto	61
3.4 A hierarquização social e a vida nos espaços do núcleo fabril	64
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

Com a implantação da primeira República, o processo de regionalização se intensificou favorecido pelas novas condições político-institucionais, sobretudo, com a substituição da divisão territorial do país em províncias pelo federalismo. Os Estados, sucedendo às províncias, passam, então, a constituir o eixo do processo político, e se estabelece, pela “política dos governadores”, a relação de compromissos mútuos entre as oligarquias neles dominantes, reforçando, assim, o sistema oligárquico e, ao mesmo tempo, favorecendo a concentração do poder político e do capital no Sudeste. O núcleo desta estrutura de poder se situa nos redutos coronelísticos, no controle do eleitorado e nas relações entre “coronéis” e o governo federal e estadual, intermediadas por seus oligarcas.¹

A formação da Primeira República foi caracterizada pelo poder concentrado nas mãos de uma elite agrária. Entretanto, no século XX ocorreu a chamada “crise dos anos 20”, que marcou a instabilidade das oligarquias e dos coronéis. Além do mais, as camadas populares adentraram nesse jogo reivindicando melhorias para combater o atraso social e econômico.

O historiador Marcos Napolitano² define esse período como o nascimento de novos atores e ideologias que alargavam os conflitos para além do jogo dos coronéis. Dessa forma, o Brasil presenciava o processo de transição para um novo jogo político com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, por meio do Golpe de 30.

Todavia, o presente trabalho analisa a instalação da família Lundgren no interior da Paraíba³, no conhecido “Engenho Preguiça”. A chegada da mesma em meados de 1917, no território na época ainda integrado a cidade de Mamanguape trouxe a modernização e a ascensão do poder da família Lundgren na região, através do projeto da construção de mais um parque industrial.

Nesse período, os Lundgren são conhecidos pelos seus empreendimentos referentes à Companhia de Tecidos Paulista e as Casas Pernambucanas, ambas em Pernambuco. Os Lundgren adquirem novas terras como busca e desejo de promover o enriquecimento do seu nome no ramo da indústria têxtil, além de expandirem o legado deixado pelo patriarca Herman Lundgren, contudo: “não seria, apenas, uma fábrica, mas uma arriscada experiência social, visto que, no plano, já estava prevista a futura cidade: da fábrica, a vila; da vila, a cidade”.⁴

Assim, as terras adquiridas no município de Mamanguape em 1917, seria o ouro do progresso industrial. Mas, essas terras com características pantanosas, teriam que passar por

¹ GURJÃO, Eliete de Queiróz. *Morte e Vida das Oligarquias*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994, p.17.

² NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República - da Queda da Monarquia ao Fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto, 2016.

³ Neste trabalho, é utilizado o termo “Paraíba” conceito atual. Entretanto, no período desse estudo a escrita era “Parahyba”.

⁴ GÓES, Raul. *Um Sueco Emigra para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora S/A, 1963, p.87.

um total processo de urbanização, desde a devastação da mata até a erradicação de doenças presentes na região, esse fato, é justificado pela concessão na época da isenção por 25 anos de impostos, cedidas pelo então presidente de Estado, Camilo de Holanda (1916-1920), que exigiu que para a isenção, os Lundgren deveriam oferecer ao núcleo fabril, os requisitos mínimos de uma sociedade:

Aparentemente, o coronel Frederico Lundgren foi o único a ser beneficiado com aqueles 25 anos de isenção de pagamentos de imposto, mas aconteceu que o General-Presidente era também “duro na queda”; deu essa isenção, mas também físgou o coronel! Físgou como? Físgou assim: deu a isenção, mas o coronel ficou na obrigação de manter por conta própria a fábrica - durante 25 anos de isenção-coisas assim: saúde pública, ensino, policiamento e mais quaisquer tipos de emergência que viesse a surgir!⁵

Todavia, é importante relembrar que a isenção fiscal era uma prática corriqueira desde o período imperial. Essa prática ocorreu principalmente durante a era Mauá que marcou uma nova fase de desenvolvimento econômico para o Brasil. Assim, o historiador Gervácio Aranha explica o papel das isenções:

Falar em privilégios/favorecimentos/falcatruas, relativamente ao “programa” ferroviário brasileiro como um todo ou ao Norte (que hoje chamamos de Nordeste) em particular, é falar de situações que envolvem praticamente o conjunto das políticas ferroviárias vigente no país.⁶

No contexto da Paraíba republicana, percebemos que Camilo de Holanda utiliza de uma estratégia econômica e política. Esse favorecimento aos industriais devido à boa fase do algodão no Estado, ou seja, as concessões e isenções sempre aparecem no momento em que o poder público almeja sucesso em algum setor, no caso citado acima sendo a expansão das ferrovias, e o interesse dos Lundgren na economia algodoeira, paralela à indústria de tecidos, de forma que ambos contextos tratam de um privilégio político.

Dessa maneira, iniciou-se a construção da fábrica e dos requisitos básicos necessários para o enquadramento de núcleos operários, requisitos esses solicitados pelo Estado em troca de um imposto mínimo. Assim, em 1924, “[...] numa manhã de sol brilhante, presentes as maiores autoridades do governo do Estado e representante do governo federal, começou a fábrica a movimentar os seus teares, que desde então, não mais pararam. E Rio Tinto⁶ começou a viver”.⁷

O clientelismo entre Camilo de Holanda e os industriais, reforçaram as práticas políticas da Primeira República, pois se tratava de alianças existentes entre os poderes locais municipais e estaduais, que direcionou a ascensão dos Lundgren não apenas economicamente

⁵ FERNANDES, Batista João. *Rio Tinto: o falso município*. s.n, Sapé, 1978, p.56.

⁶ Rio Tinto é um município do Nordeste do Brasil, localizado no litoral norte do Estado da Paraíba. Até 1956, pertencia a cidade vizinha, Mamanguape, como distrito.

⁷ GÓES, 1963, p.97.

na região, mas também politicamente. Assim: “o coronelismo, não é simplesmente um fenômeno da política local. Tem a ver com a conexão entre município, Estado e União”.⁸

A figura do coronel é sempre retratada como um homem que apresenta decadência econômica, e precisa da intervenção do Estado para assegurar o seu poder em uma zona rural. Porém, seria o coronelismo apenas um fenômeno propriamente rural, ou pode apresentar exceções? Assim, apresento neste trabalho o caso da família Lundgren, coronéis e industriais com grande capital que estabelecem poder em uma área isolada, transformada em um núcleo fabril no interior do município de Mamanguape nas primeiras décadas do século XX.

Partindo desse contexto, existe um coronelismo industrial? A partir dos estudos de Leal, tem-se como definição que o coronelismo é um fenômeno político, e está relacionado a uma figura que precisa do auxílio do Estado para deter o poder, consequência da sua decadência econômica. Todavia, como os Lundgren eram coronéis se eram industriais e ricos? Deste modo, como e por que eles podem ser inseridos nesse fenômeno político?

Dessa forma, este trabalho foi organizado em três capítulos da seguinte maneira:

O primeiro capítulo, *O progresso da família Lundgren no Nordeste*, apresenta a chegada do Sueco Herman Lundgren no Brasil, em meados de 1855. Marcando o Estado de Pernambuco, o pontapé inicial da família no ramo industrial e que posteriormente levará a ascensão dos Lundgren no âmbito econômico, político e social no “Nordeste”.

No segundo capítulo, *A chegada do “Sistema Lundgren” no interior da Paraíba*, será abordado como os industriais adentraram no jogo político paraibano, a partir do reconhecimento de que a família Lundgren é caracterizada pelo extenso domínio econômico, pois:

Atente-se para o fato de que os Lundgren também são donos de extensas propriedades rurais e, ao lado das famílias Ribeiro Coutinho, na região de Sapé e dos Velloso Borges no Brejo (Alagoa Grande e região), formam os maiores latifundiários da Paraíba⁹.

E por fim, no terceiro e último capítulo, será abordada, *A construção de um núcleo fabril na “Vila da Preguiça” e o mandonismo local*, apresentando a construção do núcleo fabril e do espaço operário além dos “muros da fábrica”, representando não apenas um caráter econômico para os industriais, mas também de sedução para aqueles que migraram de um

⁸ LEAL, Nunes Victor. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.6.

⁹ VALE, Campina Eltern. *Tecendo fios, fazendo história: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008, p.96.

sistema rural para um sistema industrial. O que estabeleceu a possibilidade da criação de mecanismos para o controle da população.

CAPÍTULO 1: O PROGRESSO DA FAMÍLIA LUNDGREN NO NORDESTE

Pernambuco e Paraíba, em particular, sentiram a presença dos Lundgrens na sua economia, desde que agiram eficientemente como industriais e negociantes. Os reflexos de sua ação orbitam social se apresentam por maneira direta: na técnica profissional, na instrução e higiene, métodos de trabalho e política.¹⁰

A família Lundgren é conhecida pelos seus extensos núcleos fabris. Foram os Estados de Pernambuco e o da Paraíba o berço desse apogeu industrial, que trouxeram alterações nos aspectos sociais e econômicos, estabelecendo novas formas de vida para a população que se deslocara para as devidas fábricas dos irmãos Lundgren, como “saída” das dificuldades vividas na zona rural de ambos os Estados.

1.1 Antecedentes históricos: Herman Lundgren, onde tudo começou

A partir de 1854 o Brasil iniciava transformações em relação ao contexto econômico do país, que como consequência do fim do tráfico negreiro o Estado passou a investir na infraestrutura do país, com linhas telegráficas, navegação, estradas e iluminação. Dessa forma, Lilia Schwarcz e Heloisa Starling define como:

Esse período de crescimento econômico ficou conhecido como a Era Mauá – nome do empresário brasileiro que possuía dezessete diferentes empresas e ampliou seu raio de ação até o Uruguai e a Argentina, com investimentos na área financeira e industrial – e como a época da implantação de estradas de ferro no país: entre 1854 e 1889 construíram-se 10 mil quilômetros de ferrovias.¹¹

Assim e diante esse contexto, em 1855 desembarcou no Rio de Janeiro o imigrante sueco, Herman Theodor Lundgren. O mesmo chegou em um país que enfrentava problemas no contexto social, político e econômico, mas que vinha aos poucos se estruturando de maneira que abria as possibilidades para o comércio de importação do país, uma vez que com o fim do tráfico, a concentração das aplicações de mercado não mais se concentrava na vinda dessa mão de obra, mas sim na venda da produção do trabalho escravo das que restaram.

¹⁰ GÓES, 1963, p.15

¹¹ SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.275

Imagem 1 - Herman, fundador das indústrias Lundgren



Fonte: Acervo iconográfico USP – Hemeroteca Digital.¹²

Após alguns dias no Rio de Janeiro, Herman mudou-se para Recife desenvolvendo comercialmente no Estado de Pernambuco. Mas, de início montou um escritório para a intermediação de navios na Praça da Lingueta, localizado na cidade de Recife.

Esfalfando-se, suando, queimando a sua pele de nórdico ao sol da Praça da Lingueta, em estafantes disputas para controlar o comércio de abastecimento dos navios surtos no pôrto, o moço Lundgren, cheio de vida valente, denodado, dois anos depois realizava as primeiras e bem-sucedidas transações de exportação e importação, com sua exclusiva responsabilidade comercial.¹³

A partir de então e diante as informações retiradas dos jornais do *Diário de Pernambuco* ainda do século XIX, é possível perceber que Herman Lundgren se tornou um grande intermediário na venda de navios:

VENDE-SE a veleira escuna sueca River Plate, de 104 toneladas de registro, classificado *3|3 A. 1.1 em visitas por 7 annos em agosto de 1870, forrada de metal, calando somente 7 pés com carga completa: a tratar com H. Lundgren á rua do Commercio n.4.¹⁴

Além do comércio de navios, foi possível constatar, através da análise das notícias dos jornais de Pernambuco do século XIX, que Herman tornou-se um homem de nome

¹² Disponível em: <http://www.usp.br/pioneiros/zp/index.php?album=volume3%2F01Lundgren>. Acessado em: 05 de jun. de 2019.

¹³ GÔES, 1963, p.10.

¹⁴ Vende-se. *Diário de Pernambuco*, Recife, 29 de fevereiro de 1872, n. 00051. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_05/5087. Acesso em: 25 de out. de 2018.

reconhecido na província. Em muitos exemplares daquela época, frequentemente o Lundgren aparece nas manchetes dos jornais, com propagandas dos seus negócios ou como ponto de referência e ponte dos estrangeiros desembarcados em Recife.

Imagem 2- Cais da Lingueta: primeiro ponto comercial de Herman Lundgren



Fonte: acervo iconográfico da USP – Hemeroteca Digital.¹⁵

O *Diário de Pernambuco* no ano de 1872 noticia a venda de Libras sterlinas (moeda do Reino Unido) no armazém do sueco, desempenhando o que atualmente conhecemos como a “casa de câmbio”: “Libras sterlinas. Vende-se no armazém de H. Lundgren, rua do Commercio n.4.”¹⁶

Ainda como vendedor de navios, e perante as publicações dos jornais do seu período, Herman era um ponto de referência para os capitães que vinham de diversos lugares do Brasil, assim como da sua casa, a Europa. Em uma publicação do jornal *O Diário de Pernambuco* do ano de 1873 e de 1874, as matérias fazem alusão ao desembarque dos navios no ponto comercial do Lundgren:

Pará. Para este porto segue com pouca demora o veleiro brigue alemão Miranda, recebendo carga a frete commodo: trata-se com o capitão que se encontrar no armazém de H. Lundgren, á rua do Commercio n.4.¹⁷

Posteriormente no ano de 1874, o mesmo jornal noticia a partida de Herman para visita a Europa: “H. Lundgren faz publico que durante a sua viagem em Europa fica encarregado de seus negócios em plenos poderes o seu mano o Sr. R. Lundgren. Recife, 23 de abril de 1874”.¹⁸

¹⁵ Disponível em: <http://www.usp.br/pioneiros/zp/index.php?album=volume3%2F01Lundgren>. Acesso em: 05 de jun. de 2019.

¹⁶ Libras Sterlinas. *Diário de Pernambuco*, Recife, 18 de julho de 1872, n. 00162. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_05/5983. Acesso em: 25 de out. de 2018.

¹⁷ Pará. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 1873, n. 00098. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_05/7876. Acesso em: 25 de out. de 2018.

¹⁸ Trapasso de casa. *Diário de Pernambuco*, Recife, ano 1874, n. 00094. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_05/10245 Acesso em: 25 de out. de 2018.

Dessa maneira, dois pontos chamam a atenção. A ida de Herman para a Europa, provavelmente como homem de negócios, e, que aqui no Brasil não estava só, mas com um parente.

Posteriormente, o jornal *O Diário de Pernambuco* notícia que Herman Lundgren negociava com o Reino Unido, o que facilitava os seus negócios com a “casa de câmbio”.

Despachos de exportação no dia de 28 de dezembro de 1878. Portos do exterior. No vapor inglês Guadiana, carregou: Para Southampton, H. Lundgren 1 volume com 24 abacaxis”.¹⁹

Diante essa e outras informações o sueco transparece o seu caráter comercial, uma vez, que frequentemente adotava medidas de vendas para o exterior do Brasil, assim como de comprador de produtos importados. Como mostra o anúncio dos produtos vendidos em seu armazém, no *Jornal do Recife* em 1876:

No armazem de Herman Lundgren & C., á rua do Commercio ns. 4 e 6, se vende: Lonas russas,inglezas, francezas e allemães. Caibos de mamilla. Dito de linho da Russia. Metal amarello para foro de navio. Pregos de cobre para dito. Tintas para pintar, em latas, de todas as cores. Oleo de linhaça. Alcatrão da Suecia, em barris. Pixe dito dito. Estopa americana, em fardos de 50 libras. Tudo por menor preço do que em qualquer outra parte.²⁰

Percebe-se que diante a lista de produtos na propaganda, fica claro que a o anúncio faz alusão à venda pelo comerciante Herman de produtos importados dos países da Rússia, Inglaterra, França e Alemanha.

Ainda nos anos de 1876, uma notícia do jornal: *A província: Orgão do Partido Liberal (PE)* relata um assalto que Herman sofreu no seu armazém:

Attentado – Na sexta-feira passada foi o Sr. Herman Lundgren, estabelecido na pra do Commercio n° 4 e 6 – victimima de um audacioso atentado. Achava-se aquele Sr. Sentado as 8 horas da noite na porta de seu armazém, quando três indivíduos, que não poderam ser conhecidos, investiram sobre ele, dando-lhe duas cacetas, das quaes ficou levemente ferido. O crime ostenta-se mais do que nunca com o maior desassombro e impavidez! (Jornal Orgão do Partido Liberal).²¹

Entretanto, é importante ressaltar que no período que Herman Lundgren desembarcou em solo brasileiro, o país vivia em um contexto social escravocrata. Contudo, foi nesse cenário político e econômico que Herman viu oportunidades de emergir economicamente, em

¹⁹ Despachos de exportação no dia 28 de dezembro de 1878: Portos do exterior. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 1878, n. 00301. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_05/21475. Acesso em: 25 de out. de 2018.

²⁰ No armazem de Herman Lundgren & C., á rua do Commercio ns. 4 e 6, se vende. **Jornal de Recife**, Recife, 20 de outubro de 1876, n. 00242. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/12308>. Acesso em: 25 de out. de 2018.

²¹ Attentado. **A Província: Orgão do Partido Liberal**, Recife, 2 de novembro de 1876, n.01009. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/4069. Acesso em: 28 de out. de 2018.

um país propriamente agrário, mas que abririam as portas para o comércio e a exportação de produtos de fins primários.

Raul de Góes²² expõe que Herman apoiava a propaganda contra a escravidão negra apresentando repulsa contra essa situação que lhe indignou, desde a primeira vez que viu no cais da Lingueta (atual Marco Zero) e antiga localização do comércio do sueco, o fluxo de descarga de escravos que causava nojo e repulsa ao imigrante.

A campanha chefiada na província nordestina por Joaquim Nabuco e José Mariano, com tanto brilho e desassombro, encontrou imediatamente a solidariedade de Herman Lundgren (*). Aqueles eminentes pernambucanos tiveram em Lundgren um amigo de todas as horas, não apenas durante a campanha, como após a consecução de seus ideais; o antigo corretor de navios da Lingueta foi, portanto, um dos mais ativos participantes dessa reforma social.²³

Todavia, sabemos que os movimentos pro-abolicionistas no Brasil, existem desde o século XVIII. No entanto, e, contrariamente, em uma edição²⁴ do jornal *Diário de Pernambuco* do ano de 1873, Herman aparece como um negociador de escravos no seu armazém, o Sr. Lundgren era um homem de negócios, que aproveitava as possibilidades comerciais que a sua nova casa oferecia, dentre eles o próprio comércio de escravos.

Rio de Janeiro. O partacho dinamarquez J. P. Lassen segue com pouca demora para este porto, podendo levar cerca de 25 escravos no convez, por passagem razoavel: a tratar com H. Lundgren. Rua do Commercio n.4.²⁵

Dessa maneira, é evidente que Góes quer apresentar a figura de Herman Lundgren como um herói e salvador, sendo ativamente um opositor as situações que atrasaram o seu novo país. Mas o que podemos perceber é que Herman não perdia as oportunidades, uma vez que beneficiará positivamente os seus interesses de capital no Brasil.

²² Góes foi um economista, jornalista, industrial e empresário. Foi escrevente interino da Delegacia da Indústria Pastoril no governo de Sólton de Lucena, presidente do estado, que o nomeou em 1924 como fiscal de rendas do governo. Nesse período, trabalhou também como revisor e noticiário do jornal *O Norte*, entrando em contato com figuras de projeção na política e no jornalismo estaduais. Em 1935, tornou-se oficial-de-gabinete do governador da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, assumindo em seguida, cumulativamente, a chefia das secretarias de Agricultura e de Viação e Obras Públicas. Em 1940, na qualidade de diretor-geral do Departamento de Estatística e Publicidade da Paraíba, chefiou os trabalhos do recenseamento nacional no estado. No fim desse ano, transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, para assumir um cargo na direção das Empresas Lundgren, proprietárias das Casas Pernambucanas. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/gois-raul-de>. Acesso em: 05 de jun. de 2019.

²³ GÓES, 1963, p.54

²⁴ Durante a pesquisa, encontrei apenas uma edição do jornal com a menção da venda de escravos no armazém de Herman, entretanto a notícia desmonta as palavras de Raul de Góes.

²⁵ Rio de Janeiro. **Jornal Diário de Pernambuco**, Recife, ano 1873, n. 00256. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_05/9140. Acesso em: 28 de out. de 2018.

1.2 Da Pernambuco Powder Factory S/A a exportação da cera de carnaúba

Segundo Raul de Góes em 1861, surgiu no município do Cabo à fábrica de pólvora nordestina, a *Pernambuco Powder Factory*. Assim, a fábrica de pólvora nordestina²⁶, tornava-se mais uma concorrente no mercado da pólvora no Brasil. Raul de Góes cita no seu livro que Herman Lundgren fundou a primeira fábrica de pólvora do Brasil, iniciando a “missão” de pioneiro no Nordeste.²⁷

Eram terrenos insalubres e pantanosos, de nenhuma serventia pública, que ele tratou logo de aterrar e sanear. Pelo seu isolamento, fora de qualquer tráfego de pedestres e carros, a área adquirida prestava-se, destarte para a instalação da fábrica de pólvora.²⁸

Entretanto, é importante ressaltar que existia no Brasil a *Real Fábrica* ou *Fábrica Estrela*, criada pelo decreto de 13 de maio de 1808 e estabelecida na Fazenda da Lagoa Rodrigo de Freitas, que fora adquirida pela Coroa por meio de subscrição voluntária entre os moradores da cidade e em cujas terras também foi instalado um jardim botânico.²⁹ Dessa maneira, a implementação da *Real fábrica*, “associou-se à necessidade de prover condições mínimas para a estruturação do aparelho militar do Estado Imperial, gerada pela chegada da família real portuguesa ao Brasil”.³⁰

Desde a transferência para a Estrela, observamos que a fábrica seguiu uma trajetória de crescimento, constituindo-se como responsável pelo abastecimento militar, de outras instâncias civis estatais, e por grande parte da demanda particular interna. A estabilidade e o crescimento, no entanto, foram ameaçados por períodos de interrupções na produção - motivadas por sinistros ocorridos em oficinas da fábrica e alterações nos processos de produção - além dos próprios mecanismos do mercado da pólvora, que oscilava segundo razões políticas e também de preço e qualidade. Embora o monopólio estatal de produção e venda da pólvora tivesse sido uma das preocupações desde o início do estabelecimento (e garantisse a sua existência), a pólvora inglesa, como já dissemos, era mais barata e seu custo de produção menor. Isso atrapalhava o consumo da pólvora da fábrica em todas as localidades do Império, embora o seu maior consumidor fosse o próprio Estado, que comprava de 70% a 90% dos produtos da fábrica.³¹

No entanto, a fábrica da corte brasileira apresentava diminuição na produção por conta da importação da pólvora inglesa, que por ser mais barata vencia a concorrência no mercado

²⁶ Herman fundou a primeira fábrica de pólvora de cunho privado.

²⁷ Raul de Góes quando cita o termo pioneiro, apresenta a percepção de que Herman foi o primeiro indivíduo a criar uma indústria no Nordeste, mas atentemos para o fato de que antes já existiam indústrias, na realidade o pioneirismo de Herman está relacionado a uma indústria a moldem europeu.

²⁸ GÓES, 1963, p.10

²⁹ LOBO, Rodrigo. *A Real Fábrica de Pólvora* Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/226-real-fabrica-de-polvora-1808-1821>. Acesso em: 26 de outubro de 2018.

³⁰ MOREIRA, Silvestre Alinnie. *Liberdade tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c. 1831- c.1870)*. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, 2005, p.27.

³¹ *Ibid.*, p. 61.

nacional, assim Herman viu a necessidade de “emancipar” economicamente o Brasil da industrialização estrangeira através do seu próprio negócio.

Um fato que ficou perceptível, foi que nas manchetes de jornais anteriores sempre referiam ao estabelecimento de Herman na rua do commercio n 4. Contudo, a partir dos anos 70 os jornais apresentam como no mesmo endereço, entretanto agora também no n.6, que posteriormente tornou-se a localização da “fábrica de pontezinha”.

Em meados do fim do século XIX, referente ao ano de 1893, o jornal o *Diário de Pernambuco*, traz o anúncio de vagas na fábrica de pólvora de Herman Lundgren: “Pintores e funileiros. “Na fabrica de pólvora da Pontezinha precisa-se de alguns aprendizes menores para ambos officios: atratar no seu escriptorio á rua do Commercio n.6”.³²

Sucessivamente aparecem informações sobre a fábrica de “pontezinha” ou a “Powder Factory”, como apresenta o anúncio do jornal *Almanark do Estado de Pernambuco* do ano de 1894: “Negociantes, Industriaes e Profissionaes. Polvora (Fabrica de) Pernambuco Powder Factory, Fabrica de Polvora na Pontezinha, R. do Commercio n.6”.³³

A partir de então, nos seguintes anos a fábrica aparece frequentemente nos destaques dos jornais de Pernambuco, em todos os setores da sociedade, conhecida como a *Pernambuco Powder Factory*.

Em 1898, uma manchete do *Diário de Pernambuco* mostra as atividades comerciais de Herman Lundgren com a fábrica de pólvora, apresentando a importação de matérias para o seu novo negócio.

Alfandega de Pernambuco importação Mercadorias despachadas para consumo em 10 de janeiro de 1898. Fábrica de Polvora da Pontezinha. – Seiscentos e oito trilhos e juntas de ferro e pertences para trilhos. Pernambuco Powder Factory. – Duzentos barricas com cimento, setenta e oito barricas com enxofro, cincoenta praueções de pinho, quatro mil novecentos e noventa e oito amarrados de arcos e aduelas de madeira.³⁴

Dessa maneira, a fábrica de pólvora de “pontezinha” como era conhecida e a primeira pequena “obra” de Herman, enalteceu a fé do sueco diante a esperança do progresso nos seus investimentos e marcou o início da industrialização Lundgren, tornando-se dirigente e técnico da mesma. Essas informações foram encontradas na biografia do autor Raul de Góes, *Um sueco Emigra para o Nordeste*, mas é importante ressaltar que na leitura da obra o autor

³² Pintores e funileiros. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 1893, n. 00142. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_07/8276. Acesso em: 28 de out. de 2018.

³³ Negociantes, Industriaes e Profissionaes. **Almanak do Estado de Pernambuco**, Recife, ano 1894, n. 00002. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/829927/332>. Acesso em: 28 de out. de 2018.

³⁴ Alfandega de Pernambuco, importação, mercadorias despachadas para consumo em 10 de janeiro de 1898. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 1898, n. 0008. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_07/17874. Acesso em: 28 de out. de 2018.

refere-se à Herman de forma idealizada, levando o leitor ao direcionamento de que o imigrante foi quem trouxe a pólvora para o Brasil.

Posteriormente, Herman viu novas possibilidades econômicas com as matérias-primas, exportando a cera de carnaúba e aumentando os investimentos do sueco no comércio exterior.

Dessa maneira, foi possível estabelecer relações comerciais internas com os centros de produção das províncias do Piauí e do Maranhão, que no século XX aumentaram as vendas para a Europa, acompanhado com as peles e os couros de animais. O interesse por Herman para a exportação/comercialização de produtos do Brasil tornou-lhe alvo de comentários pela população que já o conhecia: “Êsse homem quer abarcar o mundo com as pernas - diziam de Herman Lundgren. - Mal empreende uma coisa, já pensa noutra!”.³⁵

Assim, fica perceptível a popularidade do imigrante como um grande comerciante que não perdia oportunidades. Contudo, este comentário faz referência às novas cogitações que já se espalhará sobre os planos de uma indústria provinda do imigrante.

1.3 A fábrica Paulista, um novo investimento

Imagem 3- Propaganda da CTP



Fonte: Almanach do Estado de Pernambuco (1906) – Hemeroteca Digital.³⁶

No início do século XX, Herman Lundgren atrai o seu olhar para o ramo industrial têxtil. Entretanto, em Pernambuco a indústria têxtil apresentava-se naquela época como desordenada

³⁵ GÒES, 1963, p.33.

³⁶ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/228443/3831>. Acesso em: 05 de junho de 2019.

e incipiente. “Poucas fábricas havia, todas elas funcionando segundo os métodos mais rudimentares, e utilizando máquinas já antiquadas”.³⁷

Paratibe, atual cidade de Paulista³⁸, apresentava no início do século XX os resquícios e dificuldades deixados pela velha política monárquica. Apesar do fim da Monarquia, ainda são perceptíveis as permanências deixadas pelo século passado. O local do novo empreendimento Lundgren sobre a área de um antigo engenho era repleto de doenças que assolavam a população, prejudicada pela ausência do higienismo nas cidades. Em um contexto geral, o Brasil que a família Lundgren visava dar espaço para as indústrias não se adequavam aos seus ideais, pois:

E acompanhar o progresso significava somente uma coisa: alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia europeia. Onde nas indústrias e no comércio o progresso do século foi assombroso, e a rapidez desse progresso miraculosa. A imagem do progresso - versão prática do conceito homólogo de civilização - se transforma na obsessão coletiva da nova burguesia.³⁹

Quando a família Lundgren decide fundar a sua própria companhia de tecidos, ela traz consigo a marca da inovação industrial, uma vez que as indústrias que já existiam no Brasil eram simples e “de fundo de quintal”, e o que Herman fez, tratou-se da vinda de padrões europeus para o Nordeste, pelo fato de trazer um modelo industrial que tinha como base um grande contingente de operários assemelhando-se as grandes indústrias do exterior.

Contudo, esse fato também pode ser justificado pelas reformas que os Lundgren ordenam que ocorressem em Paulista com a construção do núcleo fabril, o que envolve a demolição, as construções de novas casas com padrão “moderno” e de ruas que atendam ao saneamento básico, questões essas que eram fortemente influenciadas em todo o Brasil com base na vida na Europa. Além disso, as casas dos operários representavam para os donos da CTP a permissão a qualquer momento, da remoção do trabalhador da fábrica e consequentemente das residências.

O aumento do número de casas da vila operária está envolvido por uma preocupação “higienista” que esconde uma orientação de disciplinarização no interior da vila operária. Tal disciplinarização canaliza-se numa política de destruição das casas de mocambo.⁴⁰

³⁷ GÓES, 1963, p.35.

³⁸ O município do Paulista está localizado ao norte da capital pernambucana e faz parte da Região Metropolitana do Recife. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ocupa uma área de 93,52 km² com população estimada de 316.719 habitantes. Disponível em: https://www.paulista.pe.gov.br/site/conheca_paulista. Acessado em: 05 de mai. de 2019.

³⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, São Paulo, 1999, p.29

⁴⁰ ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997, p.42.

E é necessário ressaltar que nesse mesmo período de reformas em Paulista, ocorria algo semelhante no Rio de Janeiro no governo de Rodrigo Alves, que buscava apagar os resquícios do atraso na cidade o que levou posteriormente ao processo de reformas urbanas baseado em um padrão de vida europeu.

Assim sendo, entre os anos de 1900 e 1904 Herman adquire um novo espaço, a Fábrica Paulista, que mudará de nome para a Companhia de Tecidos Paulista. Dessa vez, o empreendimento será comandado junto aos seus filhos, Herman Jr, Frederico, Alberto, Arthur e Annita.

A primeira unidade fabril da Companhia de Tecidos Paulista (CTP), a fábrica Arthur, também denominada de “Fábrica Velha”, foi construída nas terras do antigo engenho do Paulista, na localidade que, na época, era denominada “Paratibe de Baixo”. Essa fábrica, inicialmente pertencente à firma Rodrigues Lima e Companhia, passou a pertencer ao sueco Herman Theodor Lundgren no ano de 1904.⁴¹

Herman via em Paulista um lugar negado ao progresso, com uma pequena fábrica “falida” e com uma população pobre. Percepção justificada na seguinte frase: “A primeira medida foi à construção de uma vila de casas de tijolo e telha, em substituição às infectas e miseráveis palhoças que alojava o operariado e suas famílias”.⁴²

Contudo, em 1907 o *Diário de Pernambuco* noticiava a morte do velho comerciante e industriário Herman Theodor Lundgren aos 72 anos:

Desapparecidos. Acommettido de uma congestão cerebral ante- hontem, á noite, falleceu hontem, pela manhan, em sua residencia, nos Afflitos, o capitalista e comerciante desta praça sr. Herman Lundgren. Todos os esforços para salvação foram inuteis. A seu respeito temos as seguintes notas biographicas: Sueco de nacionalidade, nasceu em Norrkoping em 1835, da conhecida familia dos Lundgren, daquela cidade, que ha seculos tinham aldo fabricantes e curtidores de couro. Era filho do conselheiro Theodor A. Lundgren. Veio para o Rio de Janeiro em 1856, e para Pernambuco em 1868, aqui estabelecendo definitivamente. Era casado com d. Anna Elisabeth Lundgren e deixa s seguintes filhos: Herman Lundgren Junior, casado, ausente e os solteiros F. J. Lundgren, Alberto Lundgren e Annita Lundgren. O finado fundou a primeira fábrica de polvora na America do Sul, em Pontezinha, neste Estado, e a Companhia de Tecidos Paulista, da qual era o maior accionista e arrendatario. Era proprietario da usina Itambé. Seu enterramento realizou-se hontem mesmo, pelas 2 horas da tarde, perante numerosas assistencia, no cemiterio ingles, em Santo Amaro. A associação Commercial, em demonstração de pesar, cerrou hontem as suas portas. Enviamos os nossos pesames á familia Lundgren.⁴³

Dessa maneira, os conhecidos irmãos Lundgren alavancam o projeto fabril na cidade de Paulista, criando uma grande companhia têxtil. A Companhia de Tecidos Paulista representou uma grande indústria têxtil do Brasil. Para a venda dos seus tecidos, a família

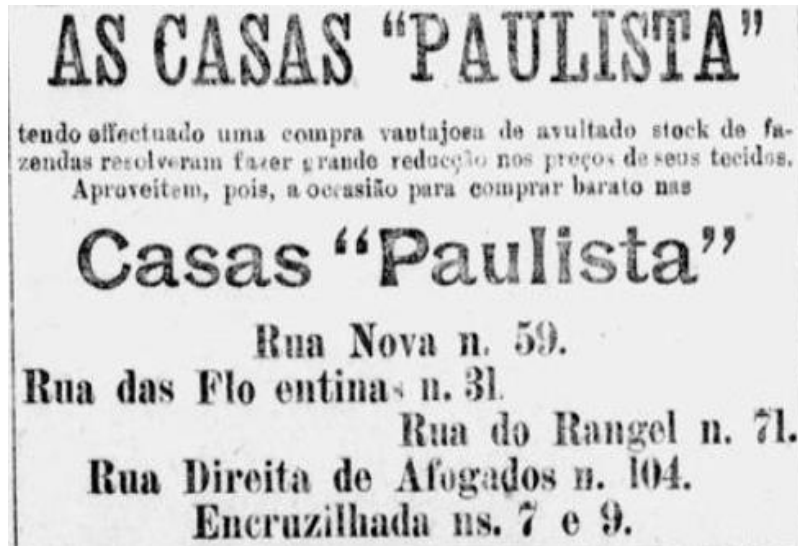
⁴¹ SOUZA, Paula Aragão de; PONTUAL, Virgínia. *Chaminés simbólicas e conjuntos indissociáveis: A integridade nos tombamentos de núcleos fabris*. 1º Simpósio Científico ICOMOS. Belo Horizonte, 2017, p.11.

⁴² GÓES, 1963, p.37.

⁴³Desapparecidos. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 1907, n 00035. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/8036. Acesso em: 05 de out. de 2018.

Lundgren funda as Lojas Paulistas e posteriormente as Casas Pernambucanas. No anúncio do *Jornal do Recife (PE)* de 24 de dezembro de 1915, a empresa mostra a redução de preços dos tecidos na véspera de Natal:

Imagem 4- Redução nos preços dos tecidos



Fonte: Jornal de Recife (1915) – Hemeroteca Digital.⁴⁴

A CTP era formada por dois núcleos fabris com respectivas subdivisões de tarefas: a “*fábrica velha*” e a “*fábrica aurora*”. Em meados da década de 1950, a mesma possuía aproximadamente 6.000 casas e um monopólio territorial em Paulista, que levava frequentemente através da “*fome de braços*”⁴⁵ a grande demanda de empregos, atraindo trabalhadores da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão de Pernambuco, além de cidades do Estado da Paraíba, como Campina Grande e Ingá.

Assim, segundo Sérgio Lopes:

a concentração de famílias operárias na cidade de Paulista com vistas ao recrutamento de trabalhadores para suas fábricas, promovida pela companhia têxtil fundadora da cidade, deu uma significativa grandeza à sua vila operária, superior às dimensões habituais. Com uma vila de 6 mil casas em 1950 e com uma força de trabalho, quando no seu auge, em torno de 15 mil trabalhadores, a Companhia de Tecidos Paulista era uma das maiores fábricas em escala internacional (perto de uma CSN em Volta Redonda). A fábrica de Amoskeag, em Manchester, New Hampshire, EUA, considerada a maior do mundo no setor têxtil, teve, no auge, 17 mil trabalhadores em 1915 (segundo a historiadora Tamara Hareven).⁴⁶

A grande quantidade de operários é proveniente da ida de trabalhadores rurais para a fábrica, devido ao serviço de recrutamento instituído pela CTP. Esses operários eram muitas

⁴⁴ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/66809>. Acessado em: 05 de junho de 2019.

⁴⁵ Expressão citada por José Lopes, em alusão ao auge da CTP entre as décadas de 20 a 40.

⁴⁶ LOPES, L. S. José. *Memória e transformação social: trabalhadores de cidades industriais*. Mana vol.17 no. 3 Rio de Janeiro Dec. 2011.

das vezes acompanhados pela sua própria família, ou eram incluídos em outras famílias para garantir o emprego.

Imagem 5 - Núcleo da CTP



Fonte: SOUZA; PONTUAL (2017, p.13).⁴⁷

Na primeira década do século XX, a CTP obtinha a maior seção de estamperia do Nordeste produzindo tecidos para a sua rede comercial varejista, as Lojas Paulistas, chegando a obterem espalhadas pelo Nordeste cerca de duzentas lojas. Posteriormente, na década de 30 os irmãos Lundgren chegam ao auge com a CTP e expandem a sua rede para o sul com as Casas Pernambucanas, nesse momento as duas fábricas empregavam cerca de 15 mil operários.⁴⁸

Essa grande “explosão operária” ocorre no período das práticas de aliciamento nos sertões (principalmente na seca) e nos interiores dos Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. A antropóloga Rosilene Alvim destaca esse êxodo para a cidade de Paulista na obra “*A sedução da Cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*”, relatando as mudanças de vida desses indivíduos que passam a pertencer a CTP e ao poder dos irmãos Lundgren, no período denominado pelos operários como “*no tempo dos*

⁴⁷ In: “Vista Aérea do Núcleo Fabril da CTP” – *Chaminés Simbólicas e conjuntos indissociáveis: a integridade nos tombamentos de núcleos fabris*, p. 13. Belo Horizonte: 1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil.

⁴⁸ Alvim, 1996, p.9.

coronéis”, referindo-se ao esplendor e a grande quantidade de empregos que a fábrica promovia a partir dos anos 30, cedido principalmente pelo coronel Frederico Lundgren.

Era através do aliciamento familiar que essas famílias chegavam a Paulista. A companhia enviava agentes para trazerem uma grande massa de trabalhadores desde que obedecessem a regra da casa: as famílias deveriam ser compostas por numerosos membros em um só núcleo⁴⁹, formando o “salário família”.

O tamanho da família e o número de seus membros que são incorporados ao trabalho fabril são fatores condicionantes para o acesso às casas. A família considerada “pouco” numerosa poderá recair o constrangimento de ter de dividir a casa com outra família nos períodos de escassez de unidades de moradia.⁵⁰

Entretanto, existia uma formulação psicológica para convencer esses trabalhadores de origem rural para migrarem para a vida urbana e industrial. Os aliciadores ou agentes viam as famílias como ingênuas e assim utilizava de mentiras para seduzirem os mesmos: “em Paulista tinha montanhas de cuscuz e chafariz de leite”⁵¹, o que na realidade tratava-se de muito trabalho para poder comprar na feira os alimentos necessários para a sobrevivência, como mostra o depoimento relatado por Alvim: “A gente não foi enganado, mas muita gente achava que a companhia ia pagar a conta do leite, e que aqui tinha muita fartura. Lá onde eu morava [Vitória de Santo Antão] não sabia de nada, nunca tinha visto uma fábrica (Ex-tecelã)”⁵².

Assim é notável que o oferecimento de moradia, alimentação, trabalho e a garantia de proximidade com a família, movia a ida de trabalhadores as indústrias dos irmãos Lundgren em Pernambuco. A fábrica empregava dos pais aos filhos, caso o menor obtivesse idade inferior a 14 anos⁵³ teriam a sua idade aumentada para que pudessem contribuir com as despesas familiares.

A alteração da idade do trabalhador mostra o manifesto do poder que os Lundgren obtinham, uma vez que a legislação trabalhista exigia a documentação individual dos empregados. Contudo, nesse período era muito comum que as pessoas não tivessem o registro de nascimento, o que propiciava o burlamento da lei e a alteração do ano de nascimento sem suspeitas na primeira via da documentação.

⁴⁹ Quando as famílias não eram extensas, ocorria a prática de membros de outras famílias integrarem outro núcleo familiar para garantir a ida, o emprego e a moradia na nos núcleos residenciais.

⁵⁰ ALVIM, 1997, p.49

⁵¹ Ibid., p.20.

⁵² Ibid., p.33.

⁵³ Idade mínima permitida para que crianças fossem empregadas.

1.4 O histórico dos Lundgren na política de Pernambuco

As disputas políticas da família Lundgren em Paulista ocorrem diante o início domínio da própria CTP. A extinta fábrica Paulista, foi comprada em meio à decadência econômica por Herman Lundgren. Entretanto, o quadro de ações da nova indústria não ficou majoritariamente nas mãos dos irmãos Lundgren, foram divididas entre outros investidores.

A antropóloga Celina Hutzler, explica da seguinte forma:

arrendaram a fábrica por um período experimental de cinco anos, compraram aos mesmos herdeiros do rico comerciante português J. Adolfo Rodrigues a Usina Timbó, e seus engenhos: o Timbó, o Paulista, o Jardim, o Genipapo, o Maranguape. [...] Assim, até a década de 1940, os Lundgren controlariam direta ou indiretamente terras, homens e atividades produtivas.⁵⁴

Dessa maneira, no ano de 1911 em meio as eleições para presidente de Estado, Paulista sediou as disputas de poder dos Lundgren contra as demais oligarquias vigentes em Pernambuco. O coronel Padilha diretor da CTP também prefeito de Olinda⁵⁵ tornou-se opositor ao apoio político dos Lundgren, mantendo fidelidade à oligarquia tradicional do conselheiro Rosa e Silva, enquanto os industriais apoiaram o então general Dantas Barreto.

É importante perceber que as divergências políticas dos Lundgren estão claramente relacionadas ao próprio monopólio acionista da CTP, tendo em vista que um apoio político iria propiciar em caso de vitória a queda do coronel Padilha e a abertura para a obtenção de maiores ações dos Lundgren dentro da companhia. A seguir, o jornal *A província* mostra abertamente o apoio dos industriais a oposição:

Candidatura Dantas Barreto. O abaixo assignado, diretor-thesoureiro da Companhia de Tecidos Paulista, por si e representando a totalidade dos operários da mesma Companhia, compreendendo em si, fabrica, estamparia, usina de assucar “Timbo”, assim como da maioria dos moradores e eleitores do povoado de Paulista e bem assim da fabrica de pólvora de Pontezinha, convencido que o governo do exmo. Sr. General Emygdio Dantas Barreto trará a prosperidade, o adiantamento e o progresso de nosso estado natal, vem pela presente declarar-se por si e pelos 857 eleitores que representa, completamente solidário com a candidatura doe xmo. Sr. General Emygdio Dantas Barreto. Paulista, 29 de outubro de 1911. Frederico J. Lundgren.⁵⁶

Segundo mostra a notícia no jornal *A província* o coronel Frederico Lundgren exhibe o seu apoio ao então candidato General Dantas Barreto, em nome dos eleitores de Paulista

⁵⁴ HULTZER, Ribeiro Celina. Operários Unidos, até quando? Uma história antiga. Recife: *Revista Política & Trabalho: Mestrado em Ciências Sociais*, ed. 05, 1986, p.63.

⁵⁵ Município brasileiro localizado no Estado de Pernambuco, no Nordeste do Brasil. Nesse período, Paulista era um distrito da cidade.

⁵⁶ Candidatura General Dantas Barreto. **A província: Órgão do Partido Liberal (PE)**, Recife, 30 de outubro de 1911, n. 00300. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/22274. Acessado em: 22 de março de 2019.

formando o “curral eleitoral” a favor do general, característica marcante da política da República Velha.

A respeito da notícia anterior estampada no jornal pernambucano, o adversário coronel Cornélio Padilha, responde ao coronel Frederico com as seguintes palavras:

Não sei quantos de votos dispõem realmente o Sr. Lundgren, garanto, todavia, que sua publicação visou simplesmente armar com efeito a uma afirmativa que de modo nenhum corresponde a verdade dos fatos, pelo menos no que concerne ao eleitorado de Paulista, cujo alistamento consta de 346 eleitores contados neste número os de Timbó, notando-se ainda que cerca de cem desses eleitores estão mortos ou mudados. Entre os existentes quero crer que o Sr. Frederico terá a generosidade de reconhecer que conto com alguns amigos, não incluindo pelo menos no número dos seus eleitores a minha humilde pessoa. Olinda, 30 de outubro de 1911. Cornélio Padilha.⁵⁷

Partindo do discurso da oposição, atentemos para o fato de que uma marca da república velha é justamente as sabotagens que ocorriam nas eleições. Com a vitória de Dantas Barreto e adiante no ano de 1913, o coronel Frederico Lundgren assume o cargo como deputado federal de Pernambuco, e em 1914 o seu irmão o coronel Arthur Lundgren assume a chefia local de Olinda: “Coronel Frederico Lundgren Rio, 26. Compareceu hoje á sessão da câmara o coronel Frederico Lundgren, deputado federal por esse Estado”.⁵⁸

No ano de 1915, o coronel Frederico Lundgren disputou a reeleição pela última vez para o cargo, sendo eleito, como mostra a manchete do *Jornal de Recife* ainda durante o período de contagem dos votos no respectivo ano:

Eleições. Effecturaram-se hontem, em toda a Republica as eleições para um senador e deputado ao Congresso Nacional. Neste Estado houve também a eleição para o preenchimento de uma vaga no Senado Estadual, realizando-se ambos os pleitos conjuntamente. Correram acificamente as eleições: não soubemos de nenhuma alteração da ordem. Houve animação nesta capital, sendo esperado com interesse o resultado do pleito. Para Deputado Federaes Coronel Frederico Lundgren.⁵⁹

No ano seguinte, Arthur Lundgren, é candidato a conselheiro municipal, como mostra a manchete a seguir do jornal *Diário de Pernambuco*, indicado o sucessor do seu mandato e na época secretário da prefeitura, Elesbão de Castro e Silva:

Ao eleitorado do município de Olinda. Tendo de se proceder no dia 10 de julho próximo á eleição de prefeito, sub-prefeito, e conselheiros municipaes, o Partido Republicano Democrata, por seus representantes neste município, em reunião hoje effectuada, organizou e apresenta aos sufrágios de ses dignos correligionários a chapa abaixo, constituída de prestimosos cidadãos, que, por seu carinho e dedicação ao partido, se acham em condições de bem servir ao nosso futuroso município, pugnando pelos melhoramentos de que carece. Assim, confia o P.R.B que os delicados correligionários e amigos concorram às urnas, dando mais uma prova

⁵⁷ HULTZER, 1986, p.68.

⁵⁸ Coronel Frederico Lundgren. **Diário de Pernambuco**, Recife, 28 de maio de 1913, n. 00119. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/3333. Acessado em: 22 de março 2019.

⁵⁹ Eleições. **Jornal de Recife**, Recife, 10 de abril de 1915, n. 00030. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/63610>. Acessado em: 22 de março 2019.

irrefragável da grandeza e coesão do mesmo partido. Para prefeito Bacharel Elesbão de Castro e Silva, para sub-prefeito Aderito Gomes de Araujo. Para conselheiros municipais Coronel Arthur Hermann Lundgren, Affonso Alves Guimarães, Miguel José Ribeiro, Coronel-tenente Henrique de Gusmão Lyra Guimarães, Capitão Valeriano Eugenio de Mello, José Candido de Miranda, Major Julio Severino Ramos, Olinda, 17 de julho de 1916. Frederico João Lundgren, Aderito Gomes de Araujo, Valeriano Eugenio de Mello, Julio Severino Ramos,⁶⁰

Porém, em 1919 em meio as novas eleições, há um novo irmão Lundgren no cenário político de Pernambuco:

Ao eleitorado de Olinda O partido Republicano Democrata de Olinda que obedece à orientação do Exmo. Sr. Dr. Manoel Antonio Pereira Borba, honrado Governador do Estado, apresenta ao suffragio dos seus amigos e correligionários para as eleições a proceder-se em 10 de julho do corrente anno, a segunda chapa: para prefeito Coronel Guilherme Alberto Lundgren. Para sub-prefeito Dr. Virgínio Carneiro Mendes da Silva. Para conselheiros Capitão Manoel José Ribeiro, Major Aderito Gomes de Araujo, Major Julio Severino Ramos, Capitão Francisco Florentino Beserra Franco, Capitão Valeriano Eugenio de Mello, José Candido de Miranda. Olinda, 9 de Junho de 1919. Arthur Lundgren, Aderito Gomes d' Araujo, Julio Severino Ramos.

Portanto, diante as notícias dos jornais de Pernambuco, é perceptível que os Lundgren no auge da CTP apresentam relações políticas estabelecidas na região graças ao seu poder econômico. Por isso, Leal vai afirmar em relação ao coronelismo: “a fortuna política já o terá levado para uma deputação estadual ou federal, uma pasta de secretário, uma posição administrativa de relevo, ou mesmo um emprego rendoso na capital do Estado ou da República”.⁶¹

Que não será diferente para os industriais Lundgren, uma vez que inicia com a deputação federal por dois mandatos do coronel Frederico, mais adiante o coronel Arthur Lundgren assume o cargo de prefeito e de conselheiro de Olinda, o que leva a mais tarde indicar o seu irmão, Alberto Lundgren, que é eleito a prefeito de Olinda, juntamente com a eleição do próprio Arthur a deputado estadual por Pernambuco.

1.5 O impacto da CTP: um caso de poder

O sucesso econômico da Companhia de Tecidos Paulista, mostra como nesse período esse parque industrial era importante para a economia do Estado e representava uma “salvação” de vida para os trabalhadores.

Dessa maneira, é notável como as indústrias da CTP apresentavam influências econômicas, sociais e políticas em Paulista, o que levaram aos Lundgren a detenção de extensos latifúndios que estavam presentes na área rural e urbana da cidade. A concentração de terras nas mãos da

⁶⁰ Ao eleitorado do município de Olinda. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 de julho de 1916, n. 00179. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_09/11699. Acessado em: 03 de abril 2019.

⁶¹ LEAL, 2012, p.45.

companhia gerava aos irmãos Lundgren e a Frederico Lundgren (o maior acionista), a detenção do poder em Paulista, representando o governo local.

Esse monopólio latifundiário é enriquecido pelo poder da companhia dentro de Paulista, pois a prefeitura apresenta dependência a CTP, firmando relações de poder com os industriais. Essa circunstância é apenas interrompida quando: “a teatralização da dominação tão competente exercida pelo Coronel Frederico passa assim a sofrer a concorrência, na percepção dos trabalhadores, da teatralização política, diretamente contraposta a figura patronal, exercida por Agamenon Magalhães”.⁶²

Como consequência, em 1949 a Câmara Municipal em parceria com a Assembleia Legislativa, sancionaram uma lei de desapropriação dessas terras, que afetou o monopólio territorial dos Lundgren perdendo cerca de cinquenta hectares no limite Sul de Paulista⁶³. Os industriais também foram atingidos pelo artigo 102 da Constituição Estadual, que proibia a criação de sedes municipais em propriedades privadas.⁶⁴

O que acontecia em Paulista era o fato de que os Lundgren tinham uma sobrecarga de poderes econômicos e políticos, formando um governo local. Esse governo local era comandando pelo policiamento particular da Cia. em Paulista.

A marca desse policiamento ficou conhecida na chamada “chacina de Paulista” que mostrou o poder dos mesmos contra quem os contrariassem. Esta tratou-se de um atentado comandado pelo ex-vigia da CTP a militantes do PCB⁶⁵ em um comício, que resultou na morte a bala de dois operários, que vieram a Paulista em uma “caravana”.

O mandado do episódio foi confirmado pela prisão em flagrante do autor, gerando um processo criminal que evidenciava a violência do governo local chefiado pela companhia. Além de demonstrar a “repressão” exercida contra movimentos de cunho a favor da classe operária. Segundo informações citadas por Lopes, após duas semanas do atentado o Partido Comunista organizou outro comício em Paulista, como manifesto aos operários assassinados:

O comício transcorreu sem incidentes e com o destacamento de polícia local em estado de alerta. (Folha do Povo, 26/11/46). Ali foram reafirmadas pelos oradores as orientações do “Programa Mínimo Estadual” do PC que propõe “o desarmamento de vigias e capangas”, assim como “a completa extirpação dos feudos”. (Folha do Povo, 15/12/46).⁶⁶

⁶² Ibid., 470.

⁶³ Essa área equivale atualmente a mais da metade do território da cidade de Paulista.

⁶⁴ LOPES, Sergio Lopes. A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Editora Universidade de Brasília, p.467.

⁶⁵ Partido Comunista Brasileiro.

⁶⁶ Ibid., p.491.

Em meio a esse contexto, mais uma vez o poder do grupo Lundgren em Paulista é evidente. Segundo Lopes, o delegado de Paulista relata que o corpo de vigias da cia. extrapola o número de policiais, o que nos mostra a inferioridade do policiamento local e nos deixa uma indagação: sendo tarefa do Estado garantir a segurança pública, como uma cidade tem a sua força “policial” formada por seguranças do setor privado?

A manchete do jornal *Folha do Povo* do ano de 1946 denuncia essa situação. O mesmo passa a assumir a frente jornalística de oposição a Companhia de Tecidos Paulista. “Apesar da independência do delegado local, a cadeia de Paulista não oferece segurança. São 600 vigias armados para apenas algumas dezenas de policiais. É um prédio velho, construído nos terrenos da CTP”.⁶⁷

Assim, como foi citado, o papel da câmara municipal foi de extrema importância para o desmembramento das terras privadas que a própria prefeitura vinha utilizando com os seus prédios, o que levou em 1952 a construção da cadeia pública em terra e prédio desconexo a CTP, em busca da diminuição do poder exercido pelo “governo” local.

Além do mais, é importante atentar-se para o fato de que as “policias” particulares estavam proibidas segundo o artigo 172 da Constituição Estadual de 1947, mas que era uma prática comum pelos membros da CTP. Assim, entende-se e pressupõe-se que o Grupo Lundgren tinha regalias ofertadas pelo governo do Estado, que anteriormente as denúncias, eram para os mesmos “carta-branca” para o monopólio de poder privado em Paulista.

Os pequenos comerciantes locais são igualmente vítimas do sistema dominante em Paulista. E entre as reivindicações do povo se destacam duas, que eles dão seu inteiro apoio: é a desapropriação dos serviços de água e luz, em Paulista. Iluminação em domicílios naquele município só é permitida quando se trata da casa dos graduados da CTP ou das autoridades ali domiciliadas. E um operário nos mostrou que várias casas do pequeno comércio não têm luz, pelo simples fato dos seus proprietários não serem do agrado dos Lundgrens, ao passo que outros tem luz em profusão, por entenderem os feudais de Paulista que assim deve ser. Quanto a água, há vários chafarizes. Mas não é permitido a nenhum operário, mesmo que o queira, instalar um encanamento em sua casa. Todos devem tirar água nos chafarizes. E por esses motivos, operários e comerciantes sentem a necessidade de se ter água e luz livre para o povo de Paulista. (Folha do povo, 9/9/47).⁶⁸

Dessa forma, os Lundgren começam a enfrentar oposição pelas suas práticas mandonistas, levando o povo a lutar pela “libertação da cidade”⁶⁹, não apenas territorial, mas também em serviços que deveriam serem prestados pelo Governo do Estado, como água e luz. Como mostra a citação anterior, a população de Paulista não apresentava autonomia, uma vez

⁶⁷ LOPES, 1988, 492.

⁶⁸ Ibid., p.501.

⁶⁹ Ibid., p. 500.

que para todas as decisões a Cia. que era responsável, o que garantia a sua hegemonia no poder da cidade.

Por isso, após os desdobramentos da oposição contra a CTP, além das tramitações da câmara municipal, o povo intensifica a “luta pela libertação da cidade” que é ocasionada pela influência dos Lundgren da fábrica ao município.

Assim, seguiu adiante a resolução que propunha a desapropriação das terras da CTP para só dessa forma garantir a liberdade individual da população. Definiu Lopes como o “Sistema Lundgren”, sendo a família Lundgren “prejudicada” pela perda das terras, fato esse que representou o início da libertação de Paulista das mãos da companhia, que garantiu: “as liberdades religiosa, política, comercial e de construção”⁷⁰, através da lei municipal nº 88.

Esta mudança de orientação por parte da CTP, desinteressando-se do estímulo aos roçados-operários e sítios *da companhia* [...] trará consequências tanto as características da feira de Paulista quanto a instabilidade dos roçados e sítios, ameaçados em sua existência. Porém, tanto a feira quanto os roçados continuarão existindo, embora com novas peculiaridades.⁷¹

Como consequência da lei municipal, os Lundgren perderam o direito de fiscalizar a feira livre, passando essa responsabilidade para o poder público municipal, que abriu o comércio e possibilitou que outros feirantes viessem vender em Paulista. Porém, quando os industriais moldavam a feira para os operários os preços dos alimentos eram satisfatórios. Contudo, quando esse domínio é extinto os alimentos passam a obterem preços elevados, pois os produtos eram oriundos dos sítios e roçados da própria companhia. Assim, a “nova feira” não condizia com o “salário-família” que a companhia pagava.

Esses fatores culminaram para o declínio do “Sistema Paulista”, interferindo nas esferas da vida social que a própria CTP oferecia a população/operários da cidade. Com isso, o movimento das feiras decresce e as praças ficam vazias e com pouco movimento, resultado do crescente desemprego, das altas tributações e dos constantes assaltos.⁷²

Contudo, é importante perceber que o declínio do poder da companhia em Paulista simbolizou mudanças nos aspectos sociais e econômicos. Apesar do “salário-família”, a CTP utilizava de mecanismos sociais para os seus operários, que compreendia desde o preço baixo dos alimentos na feira, aos benefícios dos tecidos, as áreas de lazer como o clube, o futebol e o carnaval, mostrando dessa forma relações paternalistas entre os operários e os industriais.

⁷⁰ LOPES, 1988, p.517.

⁷¹ Ibid., 520.

⁷² O último ponto citado na obra de José Lopes está relacionado ao recuo dos vigias da CTP em Paulista, tomando assim o posto de segurança a polícia municipal.

Apesar da perda do poder dos Lundgren em Paulista ser um resultado vitorioso para os operários, os mesmos após a efetivação da lei nº 88 consequentemente não a veem de forma especialmente benéfica, consequência do paternalista utilizado pelos Lundgren. Assim, os operários queriam continuar usufruindo da emancipação e liberdade dessa servidão, desde que fossem conservados aspectos do “Sistema Lundgren”.

Mas, essa reivindicação e nostalgia operária mostra certa ingenuidade que estava presente, pois o “Sistema Paulista” só era viável com o poder local, por isso quando ocorrem as desapropriações e o afastamento desse poder, torna-se incapaz de poder oferecer para os trabalhadores essas dependências, muito presente nos “*tempos do coronel Frederico*” citado nas entrevistas realizada por Alvim. Relacionada ao fato de que no período do poder de Frederico Lundgren existia o “trabalho para todos” e após a sua morte e com as respectivas reivindicações, suscitou nas mudanças e no declínio da companhia.

Dessa forma, compreende-se que os Lundgren apresentaram um papel aliciador, social e paternalista em Paulista, assim, os industriais conseguiram manter desde o início da Companhia de Tecidos Paulista, o poder local na região. Sérgio Lopes define que a legitimação patronal dos industriais estava compreendida da seguinte forma:

1. O aliciamento de famílias numerosas de trabalhadores e trabalhadoras, em geral das áreas rurais, para o trabalho na fábrica; 2. O ritual de apresentação dos membros das novas famílias recrutadas, dispostos em fila, para serem apreciados pelo patrão em carne e osso, na varanda da casa-grande. Tratava-se do singular desempenho de uma teatralização industrial da dominação personalizada tradicional; 3. O trabalho para todos, inclusive das crianças e dos velhos, dentro da fábrica ou em setores externos; 4. A concessão de roçados aos velhos pais de família camponeses nas proximidades da vila operária ou de lotes de terra em áreas mais distantes para famílias camponesas, conjugada com a canalização da produção agrícola dali obtida para uma feira com preços administrados pela companhia. Com isso, os salários mais baixos que a CTP pagava aos seus operários eram compensados por um custo de vida também mais baixo; 5. O controle da vida social da cidade, com a promoção de banda de música, clubes de futebol, folguedos, abertura dos jardins da casa-grande nas tardes dos domingos para a população, mas também com a atuação de um corpo de vigias da companhia por toda a cidade e no interior do município; 6. O controle da vida religiosa, com a promoção da Igreja católica e o desfavorecimento dos cultos evangélicos, assim como a tendência ao controle da vida política local.⁷³

Todavia, é diante esse controle que ocorre as reivindicações da população e de políticos de Pernambuco, fazendo assim com que o “Sistema Lundgren” decline aos poucos e perca a hegemonia em Paulista. Como consequência o controle da vida de seus operários para além dos “muros da fábrica” também é perdido, principalmente quando os terrenos desapropriados são utilizados para a construção de uma vila livre, a Torres Galvão.

⁷³ LOPES, L. S. José. *Memória e transformação social: trabalhadores de cidades industriais*. Mana vol.17 no. 3 Rio de Janeiro Dec. 2011, pp.

CAPÍTULO 2: A CHEGADA DO “SISTEMA LUNDGREN” NO INTERIOR DA PARAÍBA

A Companhia de Tecidos Paulista, não representou apenas importância para a economia do Estado de Pernambuco, mas também representou uma “salvação” de vida para os trabalhadores, diante a sua política de recrutamento e de paternalismo para os operários, que serviam de estratégia para a legitimação do poder dos Lundgren. Entretanto, o desenvolvimento da indústria na Paraíba levará aos Lundgren a detenção de grandes parcelas de terras, tornando-se grandes latifundiários do Estado.

A partir da segunda metade do século passado, o incremento da produção algodoeira na Paraíba, a modernização das técnicas de beneficiamento e a expansão do comércio impulsionou a divisão do trabalho campo-cidade, estimulando a evolução urbana e alternando a hierarquia de antigas cidades.⁷⁴

Em 1917, quando os Lundgren chegam a Paraíba o objetivo não seria apenas expandir-se economicamente, mas também politicamente. O cenário da economia paraibana encontrava-se nos anos 20 com o “boom” algodoeiro, o que representava bons investimentos para as indústrias de ramo têxtil. Dessa maneira, “Camilo de Holanda (1916-1920) decretou uma carteira de crédito agrícola anexa ao Tesouro. Garantiu longa isenção de impostos a empresas que montassem usinas de beneficiamento e alta prensagem de algodão”⁷⁵, e que com os Lundgren firmou o seguinte acordo:

Em abril de 1920, o governo do estado e a direção da Companhia Rio Tinto homologam oficialmente o contrato de isenção de impostos que recebe em 1926, alguns aditivos de atualização. A fábrica em 1926 continua isenta de impostos, obrigada, todavia, a pagar 60 contos de réis (60:000\$000) anuais, em duas parcelas de 30 contos de réis, a cada seis meses, o que corresponde a 1.008 (mil e oito) teares da fábrica.⁷⁶

Por isso, a isenção de impostos estava também relacionada ao próprio poder local já existente fora do Estado, pois com isso nada se tinha a se perder aos incentivos fiscais para os industriários pernambucanos e para a economia algodoeira, sendo um fator determinante para a inserção dos mesmos no cenário local e estadual da Paraíba. A partir da concessão de impostos pelo presidente do Estado Camilo de Holanda, que favoreceu aos irmãos Lundgren uma relação de clientelismo e de mandonismo no território fabril.

⁷⁴ GURJÃO, 1994, p. 22.

⁷⁵ Ibid., p.28.

⁷⁶ VALE, 2008, p.30.

2.1 Por que a Paraíba, por que Mamanguape?

A história das indústrias têxtil na Paraíba remete-se ainda ao século XVIII em áreas algodoeiras do sertão e do cariri. Entretanto, como afirma Eliete Gurjão: “no início do século XIX, sua lavoura assumiu maior importância proporcionando lucros mais significativos e se expandindo até na área do domínio dos canaviais”. Essa importância na economia paraibana está vinculada a Guerra Civil americana que estimulou a produção do algodão e marcou o declínio da economia açucareira.

Dessa forma, sabe-se que Mamanguape⁷⁷ foi a segunda cidade da Paraíba em termos populacional e comercial, tendo esta zona afetada no final do século XIX, com a chegada da modernização e da construção de ferrovias que ligava a capital a outros pontos econômicos, como Alagoa Grande, Areia e Ingá, cujo interrompeu a importância portuária da cidade, uma vez que novas formas de locomoção e de comunicação foram criadas. Além disso, o porto de Mamanguape desde o século XIX apresentava problemas, pois só tinha capacidade para pequenas embarcações.

Porém, após o fim da guerra civil americana, a Paraíba encontrava-se em um cenário econômico que apresentava a queda do algodão e a crise açucareira. E diante esse cenário, foi encontrando no jornal *O Diário de Pernambuco* no ano de 1874, um anúncio sobre a venda de engenhos que incluía especificamente o da “preguiça”, o marco da futura chegada do grupo Lundgren na região: “Engenhos em Mamanguape. Vendem-se os seguintes: Barra, Preguiça e Patrício. A tratar com seus proprietários nesta cidade, e para informações com Joaquim Pinto de Meirelles Filho, na mesma cidade de Mamanguape Tasso Irmãos & C”.⁷⁸

Mas, a crise econômica não afetou de maneira declinante os grandes latifundiários que progrediram impulsionados pela modernização, favorecidos pela: “introdução do maquinismo a vapor para o beneficiamento do algodão, implantação da indústria-têxtil – Usina São João em 1882 e da Fábrica de Tecidos Tibiry em 1892”.⁷⁹

Em meio aos investimentos na zona algodoeira, Mamanguape região que obtinha um grande setor açucareiro, embarca também na produção algodoeira, como mostra o quadro a seguir:

⁷⁷ Município localizado na Microrregião do Litoral Norte, pertencente a Região Metropolitana de João Pessoa no estado da Paraíba. No século XX, Mamanguape era composto pelos territórios que compreendiam: Rio Tinto, Baía da Traição, Barra de Camaratuba, Monte-Mór, Mataraca, Marcação, Curral de Cima, além de outros 33 distritos.

⁷⁸ Engenhos em Mamanguape vende-se os seguintes. **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 de março de 1874, n. 00070. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_05/10055. Acesso em: 15 de out. 2018.

⁷⁹ GURJÃO, 1994, p.26.

Quadro 1 - Exportação em Mamanguape (1906-1908)

ALGODÃO	AÇÚCAR
1906 – 2:750 sacos de 90 kg.	1906 – 7:603 sacos de 80 kg.
1907 – 3860	1907 – 6:160
1908 – 3:130	1908 – 4:230

Fonte: ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de. *Mamanguape: apogeu, declínio e ressurgimento*. João Pessoa: Idea, 2009, p.74 (adaptado).

Nesse mesmo período, sem alterações significativas na economia, encontram-se alguns engenhos, alguns que adiante foram adquiridos pela família Lundgren, apresentando as seguintes condições de funcionamento:

Quadro 2 - Informações sobre o funcionamento de alguns engenhos em Mamanguape no início do século XX

ENGENHO TRÊS RIOS	Propriedade de Paulo Monteiro (desativado)
ENGENHO PREGUIÇA	Propriedade do Capitão Alberto Cezar (Movido a animais).
ENGENHO BOA VISTA	Propriedade do Dr.Bartholomeu Dantas (Movido a vapor).
ENGENHO SALEMA	Propriedade de Manoel da Silveira (Movido a animais).
ENGENHO ITAPECIRICA	Propriedade do coronel Arthur Velloso (Movido a vapor).

Fonte: ALBURQUEQUE, Marcos Cavalcanti de. *Mamanguape: apogeu, declínio e ressurgimento*. João Pessoa: Idea, 2009, p.75-76 (adaptado).

Entretanto, tudo haverá de mudar na Paraíba com o início da Primeira Guerra Mundial:

Com a eclosão da Grande Guerra, em 1914, o comércio de exportação caiu assustadoramente. Os estoques se acumulavam e os preços caíam enquanto os produtos de importação atingiam preços absurdos. A partir de 1916, contudo, com o incremento da demanda de matérias primas e alimentos pelos países beligerantes, nossos principais produtos de exportação alcançaram preços altos, iniciando-se uma fase de equilíbrio econômico-financeiro do Estado.⁸⁰

Assim, a implantação da CTP- Fábrica Rio Tinto foi consequência do “boom” do algodão, que levará o surgimento também de várias outras no Estado:

⁸⁰ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al.* *Estrutura do poder na Paraíba*. João Pessoa: UFPB, 1999, p.26

Marques de Almeida & cia, em 1923, em Capina Grande (fios de algodão e sacos); Fábrica de Tecidos Rio Tinto, em 1924 (Mamanguape) do grupo Lundgren e S/A Têxtil de Campina Grande, em 1928. Além disto, a Fábrica Tibiiry (Santa Rita) foi ampliada.⁸¹

Mamanguape contou com grandes hectares de algodão e também com incentivos para o cultivo do mesmo, como afirma MAIA *apud* RODRIGUES: “em 1933, o prefeito Sabiniano Maia, para incentivar o cultivo de algodão, pelos pobres e remediados, conseguiu com o Ministério da Agricultura 3.641 quilos de sementes de algodão, que foram distribuídos com 322 pequenos agricultores”.⁸²

Portanto, atentemos para o fato de que Mamanguape mesmo perdendo o seu lugar de destaque econômico ainda no século XIX, obtinha a venda de algodão e de açúcar, apresentando alguns engenhos ainda em funcionamento no século XX, antes da chegada dos Lundgren na região e são nessas circunstâncias que o presidente de Estado, Camilo de Holanda, a partir da valorização do algodão no Estado, estimula fiscalmente os industriais, visando o desenvolvimento algodoeiro no Estado e têxtil na região.

2.2 O que era a “Vila da Preguiça”?

As terras que mais tarde sediaram o espaço de um núcleo fabril aparecem nas cartas regias da coroa portuguesa referentes ao processo de catequização dos nativos no século XVIII na “*Aldeia Preguiça*” e posteriormente na segunda metade do século em 1768, quando foi elevada a *Vila de Montemor da Preguiça*.

André Pratt, Frei Carmelita, diz: "que os missionários Carmelitas tinham em 1713 a seu cargo, as missões das aldeias de Mamanguape, da Baía da Traição e da *Preguiça*". Em agosto de 1738, os Carmelitas, já então missionários nas aldeias de Baía da Traição e da *Preguiça (Montemor)*, são objeto de uma Consulta do Conselho Ultramarino, que pede informações ao Capitão Mor, Pedro Monteiro de Macedo, sobre a conduta dos mesmos.⁸³

A elevação da Aldeia Preguiça para Vila comprova que esse território abrigava uma grande quantidade de povos indígenas. “Em muitos documentos encontra-se a palavra “sesmaria” para designar os aldeamentos de Montemor e Baía da Traição, o que nos leva a

⁸¹ GURJÃO, 1994, p.26.

⁸² RODRIGUES, Alves Adiel. *Panorama de Mamanguape: uma exposição histórica do município*. Recife: Communigraf, 2008, p.90.

⁸³ MOONEN, Frans; MAIA, Luciano Mariz. *História dos índios Potiguara: 1500-1983 Relatórios e Documentos*. Recife, s.n. 2008, p.8.

supor que, talvez, tivesse realmente havido uma concessão especial de sesmaria para estes índios”.⁸⁴

Já no século XIX, em meados de 1860 a Aldeia de Monte-mor da Preguiça contava com 150 almas e 58 fogos, patrimônio de quatro léguas quadradas, parte das quais cultivadas e produzindo cereaes e cannas.⁸⁵ Porém, como mostra a publicação do jornal “*O Publicador*” após a sanção da Lei de Terras de 1850, as terras que os potiguaras habitavam passou pelo processo de ameaça de desmembramento, o que levou o então município de Mamanguape a tentar manter o “Patrimônio Indígena” das suas vilas, que segundo um Ofício do ano de 1858 citado por Moonen:

[...] na Província da Paraíba os aldeamentos indígenas (cita, entre outros, o de Preguiça) não têm sido administrados regularmente, nem recebido a catequese e (ou) a civilização necessária e que, muito pelo contrário, todas estas medidas resultavam em detrimento desses mesmos índios. Realmente, a situação precária dos índios se agravava com a Lei 601, que incitara a muitos a expulsarem os índios de seus territórios, especialmente quando, já rendeiros de suas terras, procuravam legalizá-las, afirmando que aí já não existiam índios aglutinados.

A partir da publicação do *Jornal o Publicador (PB)*, podemos perceber que a Vila de Monte- Mor foi extinta e reduzida a distrito da cidade de Mamanguape, como foi constatado em outra edição do mesmo jornal a menção da mesma como “as terras dos Índios de Monte-Mor”, no processo de demarcação.

Edital. O bacharel e engenheiro civil Antonio Gonsalves da Justa Arango, juiz commissario das terras na província da Parahyba do Norte, por nomeação legal, etc. Faço saber a todos os possuidores de terras na sesmaria dos Índios da extincta aldêa da Preguiça (Monte-mór) e seus limites no município de Mamanguape, que no dia 22 do corrente mez se dará princípio a medição e demarcação do perímetro da dita sesmaria, de conformidade com as disposições da lei n. 601 de 18 de setembro de 1850 e seus respectivos regulamentos. E para que cegue ao conhecimento dos interessados, e alegar não possuem ignorância, mando publicar o presente. Parahyba do Norte 12 de fevereiro de 1866. Antonio Gonsalves da Justa Araujo.⁸⁶

Pertencente à cidade de Mamanguape, a área no qual estava instalado o “Engenho Preguiça” como popularmente ficou conhecido, era povoado pelos índios *potiguaras*. O engenho do ponto de vista econômico e político era esquecido aos moldes dos investidores, que o definiram como engenho de fogo-morto, pois as terras aonde hoje conhecemos como Rio Tinto estavam “abandonadas”⁸⁷ e não se tinha o desenvolvimento que tinha especificamente na sede, Mamanguape.

⁸⁴ RODRIGUES., 2008, p.9.

⁸⁵ Ibid., p.12.

⁸⁶ Editaes. **Jornal o Publicador**, Paraíba, ano 1866, n. 01029. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/215481/1742>. Acesso em: 20 de out. de 2018.

⁸⁷ A aplicação do termo abandonado, faz referência apenas ao contexto econômico de Mamanguape que não investia no distrito e que fora abandonado desde a desativação de alguns engenhos.

É importante ressaltar que no momento que os Lundgren adquirem as posses dessas terras, é criado um impasse com os nativos, uma vez que o processo de construção da Fábrica Rio Tinto atingiu de modo geral não apenas os aspectos sociais, mas também os culturais dos povos indígenas, consequência das alterações na paisagem local e das invasões das terras dos mesmos. Dessa maneira:

O estabelecimento do projeto urbano-industrial da família Lundgren sobre as terras do antigo aldeamento da Preguiça (Monte-Mór) iniciou-se com [...] transações cartoriais. A partir daí, teve dois períodos distintos de expansão, o primeiro entre 1917-1924 e o segundo entre 1938-1940. No primeiro movimento, essas aquisições de áreas configuraram-se como “cabeças de ponte” na região, para imediatamente dar início à construção da fábrica e da cidade de Rio Tinto. De acordo com relatos dos indígenas essas primeiras aquisições reconheciam uma separação entre as áreas adquiridas pelos Lundgren e aquelas que os cabocos ocupavam.⁸⁸

Como enfatizado por Góes anteriormente, houve a separação das terras compradas e das que os nativos ocupavam. Assim, atentamos para a chegada da Fábrica Regina na vila de Monte Mor em 1936, e que deixa uma indagação: de quem os Lundgren compraram essas terras, tendo em vista que as mesmas eram reconhecidas⁸⁹ como um espaço de nativos do município de Mamanguape? Até onde existiu as compras dessas terras, visto que não são devolutas?⁹⁰

Quando analisamos as referências e os dados que se tem sobre essas devidas compras, é interessante que compreende-se e fica nítido que referem-se a engenhos que estavam localizados na parte inferior da Vila e em outras áreas que não estavam relacionadas com a Vila Monte Mor, e que inclusive quando os Lundgren chegam nas áreas desses engenhos eles determinam que esses povos passem a terem as suas vidas na parte superior e isolada do núcleo industrial, causando mais uma divisão territorial aos povos potiguaras.⁹¹

Inicialmente o processo de construção da fábrica (terras do antigo engenho da preguiça), ocasionara no processo de assoreamento dos pântanos e mangues, da devastação da mata Atlântica para dar espaço as futuras imediações dos espaços residenciais, e como foi citado anteriormente a retirada dos índios que naquela área agora chefiada pela CTP perderá o seu lugar.

Puxando para o oceano, a propriedade dava e dá cerca de três a quatro léguas e o seu nível acima do mar é apenas doze metros! E o tamanho da propriedade se não era lá muito grande, também não era lá tão pequeno. O engenho ficava ali aonde foi o antigo “BATADOR” de Fiação, como quem ia subindo para a Vila Regina. O restante da Propriedade começava da “chapada” da Vila Regina (antigo Monte Mór)

⁸⁸ GÓES, 1963, p.13

⁸⁹ Diferente de demarcadas, tendo em vista que o órgão responsável, a FUNAI, só foi criada no ano de 1967.

⁹⁰ Em 2004 a área da Fábrica Regina foi construída foi demarcada.

e vinha aos aceiros do sítio W.I e, pelo poente, aceirando também com a propriedade RIO VERMELHO.⁹²

Assim, passaram-se sete anos da construção que transformou um espaço rural em uma pequena e improvisada área urbana e industrial. Raul de Góes descreve o andamento das imediações do espaço fabril da Paraíba, faltando apenas um ano para a conclusão das obras:

Ali estava a nova Fábrica, quase pronta. Ali estava a primeira vila de casas recém-construídas, novinhas, limpas, bem juntas e solidárias. A Farmácia. O Hospital. A Igreja. O Grupo Escolar. O primeiro Clube Recreativo. O prédio largo e acolhedor do Hotel, bar e Restaurante. O local das futuras feiras semanais. O cinema. A padaria.⁹³

Dessa forma, no ano de 1924 aquele lugar calmo e natural é impactado pelos intensos barulhos das máquinas, pelos apitos alertando para o horário de trabalho, pelas fumaças que saíam das chaminés, pela remoção de madeira das árvores da mata, pela chegada da “modernidade”.

2.3 O coronelismo, como e quando surgiu?

O fim do império no Brasil trouxe novas configurações sociais, políticas e econômicas para o país. O fim da escravidão marcava novas relações sociais, que levou os latifundiários e fazendeiros a serem figuras que passaram a comandar a política do país.

E foi em 1889, que conjuntos de transformações foram iniciados. Até 1894, o marechal Deodoro da Fonseca governou o país, sucedido por Floriano Peixoto devido a sua renúncia. Em 1894, foram convocadas novas eleições e Prudente de Moraes assume o poder pelo Partido Republicano Paulista, representando o primeiro governo civil, sucedido pelo presidente Campos Sales.

O governo Campos Sales foi marcado pela organização de todo um mecanismo político que formou a República Velha. Foi em seu governo, que se criou a denominada “Política dos Governadores” ou “Política dos Estados”, que garantia um “rodizio” de poderes entre as oligarquias mineiras e paulistas, o que também ficou conhecido como a chamada “Política do Café com Leite”. Todavia, essa política entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo converge da análise que o historiador Marcos Napolitano faz, pois segundo o mesmo:

Na nova perspectiva, o jogo político nacional passava, ao menos por seis grandes oligarquias regionais: São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro. As sucessões na Primeira República e a capacidade de cada grupo estadual se articular de maneira bem-sucedida a poderosos de outros Estados dependiam não apenas da força econômica das suas elites, mas também da sua capacidade de organização política tanto local quanto nacional; Em muitos

⁹² FERNANDES, 1971, p.28.

⁹³ GÓES, 1963, p.96.

momentos, por conta dessa complexidade, oligarquias menores conseguiram colocar seus representantes na Presidência, como no caso de Epitácio Pessoa entre 1919 e 1922. A oligarquia gaúcha, por exemplo, tinha grande influência junto ao Exército e disputava com paulistas e mineiros o apoio dos Estados do Norte (atual Nordeste) no jogo político nacional. Portanto, podemos dizer que a política da Primeira República não se resume à suposta aliança São Paulo – Minas Gerais.⁹⁴

Em meio às críticas, percebemos que a política do Brasil, na primeira fase da República, era impulsionada por uma elite agrária, que comandava os cargos de presidente da república, de presidentes de Estado e de chefes locais. Porém, quem era essa elite? E como ela participava do jogo político? Ainda sobre a perspectiva do historiador Marcos Napolitano, podemos perceber de forma indireta uma singularidade na organização política desse período, a figura do coronel.

Mas, como surgiu essa figura política? O termo coronel tem raízes ainda do Brasil império, pois ele era a figura principal da Guarda Nacional ligado aos donos de terra, já que para fazer parte dessa guarda era necessário um poder econômico. Assim, Schwarcz e Starling explicam essa transição do coronel do império para a república:

O coronel era o posto mais alto na hierarquia da Guarda Nacional, a instituição do império que ligou proprietários rurais ao governo. Com a República a Guarda perdeu sua natureza militar, mas os coronéis conservaram o poder político nos municípios onde viviam⁹⁵.

Dessa maneira, vemos que ocorreu uma releitura e uma reorganização do coronel na República, uma releitura porque o conceito de coronel mudou, e se antes ele representava uma autoridade militar, nesse momento ele passou a representar uma figura importante para a manutenção política dos governos e das oligarquias do país, assim percebemos em uma só pessoa duas particularidades: o mandonismo local e o clientelismo. Contudo, primeiramente precisamos entender o coronelismo, que funcionava da seguinte forma:

um sistema de negociação entre os chefes locais e os governadores dos Estados, e deste com o presidente da República. O coronel seria um dos elementos formadores da estrutura oligárquica tradicional baseada em personalizados e nucleados, geralmente, nas grandes fazendas e latifúndios brasileiros. O coronel era, assim, parte fundamental do sistema oligárquico. Ele hipotecava apoio ao governo estadual na forma de votos, e, em troca, o governo garantia o poder do coronel sobre seus dependentes e rivais, especialmente através da cessão dos cargos públicos, que iam do delegado de polícia, a professora primária. E desse modo se estabilizava a República brasileira no início do século XX, na base de muita troca, empréstimo, favoritismos, negociações e repressão. Visto desse ângulo, e como diziam os jornais satíricos de época, o país não passava de uma grande fazenda.⁹⁶

Neste caso, o coronel realizava uma política que envolvia favores e concessões de poder, relacionadas às três esferas do país: o município, o Estado e a união. E é justamente

⁹⁴ NAPOLITANO, 2016, p.31

⁹⁵ SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.322

⁹⁶ Ibid., p.322

esse jogo político que vai organizar e legitimar o poder local na região a qual vivia, uma vez que era a garantia do mesmo que garantia sua supremacia diante possíveis rivais nessa esfera, ou seja, existia um jogo de dependência.

Leal irá enfatizar:

E assim nos aparece este aspecto importantíssimo do “coronelismo”, que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem troca de burros, de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre de graças e o poder da desgraça.⁹⁷

Atentemos para o fato de que, o coronel da república surge justamente por conta da necessidade de votos e de poder local, que mesmo com as recorrentes fraudes eleitorais era de necessidade a “formação dos currais”, pois a existência do mesmo mostrava para as outras esferas do poder o apoio político dos eleitores e principalmente do coronel, que dominava esse sistema. Assim, vejamos que um indivíduo necessitava ser cliente de um poder maior para receber em troca autonomia local, o mandonismo, surgindo assim a figura do coronel.

Como definição do clientelismo entende-se, segundo Carvalho:

Clientelismo assemelha-se, na amplitude de seu uso, ao conceito de mandonismo. Ele é o mandonismo visto do ponto de vista bilateral. Seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos, em nosso caso pelos mandões e pelo governo.⁹⁸

Dessa forma, e seguindo a definição de José Murilo de Carvalho trata-se de clientelismo as relações estabelecidas entre atores políticos de ambos os lados, assim existe dentro desse clientelismo um mandonismo maior que seria o do Estado ou a União, para um menor que seria o município, formando um mecanismo de dependência de favores. É com essa dependência que surge o mandonismo local, uma vez que essa aliança ela ocorre porque alguém quer e precisa legitimar o seu poder perante uma decadência econômica.

Assim, Carvalho define-o da seguinte forma:

O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos.⁹⁹

O coronelismo é uma característica do mandonismo, uma vez que com o clientelismo é possível obter o poder em determinado local, que conseqüentemente leva ao mandonismo,

⁹⁷ LEAL, 2012, p.63.

⁹⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. Dados [online]. 1997, vol.40, n.2, pp.-. ISSN 0011-5258. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>. Acesso em: 15 de mar. de 2019.

⁹⁹ Ibid., pp.

consequência do resultado das relações entre o município, o Estado e a união surgem os coronéis.

2.4 Os Lundgren e o poder local: como um coronel industrial?

Conquanto suas consequências se projetem sobre toda a vida política do país, o “coronelismo” atua no reduzido cenário do governo local. Seu habitat são os municípios do interior, o que equivale a dizer os municípios rurais, ou predominantemente rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria. Consequentemente, o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno.¹⁰⁰

O coronelismo seria dessa forma, um fenômeno incompatível com as atividades urbanas comerciais e industriais. Dessa maneira, partindo da análise de Leal e Carvalho, compreende-se que o coronelismo é um fenômeno político e seu surgimento depende da decadência econômica para que busque o auxílio do Estado, como forma de garantir o poder em um dado espaço, sendo necessário antes de qualquer coisa o clientelismo e o mandonismo local. Sendo assim, como os industriais Lundgren encaixam-se no coronelismo?

Todavia, antes de adentrar na discussão desse coronelismo precisamos entender a trajetória dos industriais. Os Lundgren iniciam a sua carreira política em 1911, quando se posicionam contra uma oligarquia tradicional, a partir de então seguem adiante com cargos federais, estaduais e municipais, como foi mostrado no capítulo anterior.

De tal modo, percebemos que a entrada dos industriais na política de Pernambuco, sempre estava relacionada aos seus interesses econômicos, no primeiro momento buscando obter ações maiores da CTP, e adiante buscando expandir territorialmente as suas imediações, que levará a concentrar órgãos públicos dentro de terras privadas.

No caso da Paraíba, sabemos que antes os industriais haviam procurado a isenção de impostos no Estado vizinho, o Rio Grande do Norte. Sem sucesso, os Lundgren procuram novas terras e encontram o lugar ideal, onde o presidente de Estado desse período, havia decretado isenções de impostos para aqueles que investissem na prensagem do algodão, assim de um lado tiveram um acordo econômico e de outro um acordo político-social.

José Octávio Arruda Melo, explica resumidamente a forma que ocorreu às relações econômicas entre ambos os lados: “Mediante um destes, firmados durante o Governo Suassuna, a Companhia de devedora transformou-se em credora do Estado, tendo em vista recursos que alegava desembolsar com a construção de ponte sobre o rio Mamanguape”.¹⁰¹

¹⁰⁰ LEAL, 2012, p.230.

¹⁰¹ PANET, Amélia *et al.* *Rio Tinto: estrutura urbana trabalho e cotidiano*. João Pessoa: UNIPÊ editora, 2002, p.73.

Teria os Lundgren três vantagens: vinte e cinco anos sem impostos, hegemonia econômica em Mamanguape e hegemonia política e social no núcleo fabril. Todavia, analisaremos que em Pernambuco os Lundgren tinham um mandonismo local, sem que houvesse a necessidade de o Estado isenta-los para legitimar o poder, necessitando apenas de alianças políticas dentro do Estado. Na Paraíba foi necessário privilégios durante anos, resultando no controle da segurança, saúde e educação nas mãos dos industriais.

Assim sendo, a isenção dos impostos foi importante para os industriais, pois foi através da mesma que iniciaram uma construção política na Paraíba. Atentemos para o fato de que eles adentram e desenvolvem-se economicamente no ramo têxtil no Estado vizinho com o apoio de uma força política para derrubar outra, e nesse outro caso dependem do Estado para conseguirem expandir as suas indústrias de modo que também expandam o seu poder e estabeleçam vínculos.

Por isso, Leal afirma:

Dentro desse quadro, a falta de autonomia legal do município nunca chegou a ser sentida como problema crucial, porque sempre foi compensada com uma extensa autonomia extralegal, concedida pelo governo do Estado ao partido local de sua preferência.¹⁰²

A dependência dos Lundgren com o Estado surge com a necessidade de uma força maior para legitimar as suas terras, o seu domínio, a legalidade de criar mecanismos que atendessem aos seus interesses, dependendo do Estado. Mas não porque não obtinham recursos financeiros, e sim porque buscavam construir uma imagem de figura paternalista, que bloqueasse quaisquer meios da população/empregados de “rebelar-se”, criando mecanismos sociais que aparentavam vida boa, mas que em outra perspectiva estava relacionado aos próprios interesses dos industriais.

Por isso, a isenção dessa maneira, serviu para “economizarem” e conseqüentemente investirem em um núcleo, em um distrito, que atendessem demandas que controlassem os seus operários.

Rio Tinto nasceu para atender exclusivamente aos ideais do capitalista, no caso do Grupo Lundgren, que desenvolvia seu próprio sistema de industrialização, poderemos admitir que, até o fim da década de 50, a cidade realmente foi “ideal” para os interesses desse grupo. A Cia., ideologicamente, comandou com eficiência seus operários, moradores, fazendo-os acreditar no paternalismo conservador vigente.¹⁰³

Nessa citação, percebemos que é destacado que até a década de 50 a cidade era ideal, ideal porque tinham autonomia para comandarem a área. O acordo entre o Estado e os

¹⁰² LEAL, 2012, p.235.

¹⁰³ PANET *et al.*, 2002, p.41.

Lundgren, foi firmado em 1920, dessa forma conclui-se em 1945, e após cinco anos começam a perderem o controle, o que manifesta mais uma vez que a necessidade dos industriais era de terem a legalidade do poder.

E onde está o coronelismo nesse caso? Quando Leal, diz que o coronelismo é o vínculo entre o Estado, o município e a União, ele nos mostra a dependência do coronel em relação a uma força política maior, e os Lundgren têm essa dependência, contudo de outra maneira, pois se tratavam de industriais ricos e que desempenharam com o Estado o papel de “financiador”. Assim sendo, a exceção nesse sentido é o fato de os industriais praticarem um clientelismo e um mandonismo mais centralizado, pois o Estado estabelece vínculos que permitem uma autonomia para além do policiamento, como os mecanismos sociais coletivos.

Além do mais, apresenta as seguintes características de um coronel:

Sua atuação é permanente e abrange múltiplas funções jurídicas, policiais, financeiras e assistencialista, exercidas presentemente como favores. Correspondem, na realidade, a penhora do voto, a submissão do eleitor, a sua fidelidade incondicional ao candidato do “coronel”.¹⁰⁴

Assim sendo, substituímos a palavra eleitor por operário e vejamos que no distrito existia todo esse mecanismo citado, inclusive os favores que estão vinculados com o paternalismo presente. Dessa forma, os coronelismos em Rio Tinto pelos industriais estão presentes pela relação econômica com as isenções, político pela inserção de um dualismo entre o poder privado e o público e social pela garantia de maneira autônoma para comandar uma pequena região como se fosse um “Um Estado dentro de um Estado”¹⁰⁵, obtendo liberdade para a efetivação desse poder.

Outra característica fortemente presente nesse contexto é o papel dos barracões. Gurjão vai explicar que durante o desenvolvimento de obras governamentais era comum que como oligarquias responsáveis por empreiteiras, os coronéis costumavam: “Através de vales a serem trocados por mercadorias, a preços exorbitantes, nos “barracões” dos coronéis contratantes. Dessa forma, os salários já insignificantes dos trabalhadores eram reduzidos”.¹⁰⁶

O que acontecia no núcleo fabril e residencial dos industriais era diferente, porém predominam raízes citadas anteriormente. Isso se deve ao fato, de que como medida, era adotado o sistema dos barracões, entretanto, os mesmos eram para os operários da fábrica e os preços não eram elevados, mas em custo que fosse possível a sua compra descontado do

¹⁰⁴ SILVEIRA *et al.*, 1999, p.55.

¹⁰⁵ Denominação citada pelo historiador paraibano, José Octávio de Arruda Mello, *In*: Panet, Amélia; et al. *Rio Tinto: estrutura urbana trabalho e cotidiano*. João Pessoa: UNIPÊ editora, 2002, p.74.

¹⁰⁶ SILVEIRA *et al.*, Op.Cit., p.59.

salário. Além disso, em outras circunstâncias, o operário tinha a opção de dividir a compra para não retirar integralmente do contracheque.

Contudo, prestemos atenção que a criação da figura do coronel é recorrente a um indivíduo da zona rural que precisa de recursos financeiros para chegar ao poder. Já a figura do coronel Lundgren transforma a zona rural em um núcleo fabril e o Estado não interfere diretamente com recursos financeiros, e sim com acordos por determinado período, cujo quem adentra com tais recursos são os industriais, custeando obrigações que não deveriam ser suas, como a saúde, a educação e a segurança.

Dessa forma, uma isenção de impostos que parecia ser simples tratou-se de algo muito mais complexo. Esse beneficiamento atingiu setores que iam além do setor industrial, beneficiando de tal modo, que em um distrito municipal criou-se um setor amplamente privado que aos poucos foram expandindo-se para a política local, com cargos inicialmente ligados a esfera pública municipal.

2.5 A escalada dos Lundgren ao poder (1917-1940)

A chegada dos Lundgren em Mamanguape foi marcada pelo reconhecimento do local e posteriormente a compra dos engenhos, a mando do coronel Frederico Lundgren cuja responsabilidade estava destinada a um homem de confiança, Arthur Góes, encarregado de “avaliar” a região.

Até a compra do primeiro engenho, o “Três Rios”, estava tudo a moldes de simples negociantes. Entretanto, quando encontram o lugar que sediará a fábrica, o jogo político dos Lundgren na Paraíba é contínuo, visto que já adentram no cenário paraibano com apoio da situação estadual.

O “Engenho da Preguiça”, pertencente a Alberto César e visado para a compra pelos industriais não estava para venda, o proprietário logo recusou a proposta. Dessa forma, os Lundgren recorrem a uma liderança política da região de Mamanguape, o deputado e ex-prefeito de Mamanguape (1911), João Rafael de Carvalho, foi mediador das negociações das terras, vai a Pernambuco a encontro do coronel Frederico Lundgren, a troca de favores políticos que ambos tinham interesses em comuns, dessa forma:

De volta à Mamanguape, o líder mamanguapense – manda chamar o capitão Alberto César de Albuquerque e diz:

- Capitão: necessidade se faz que tenhamos uma Industria de Tecidos no nosso município!
- Vossa excelência ordena, deputado!
- Então, venda o seu engenho com propriedade e tudo ao Coronel Frederico João Lundgren!

E a venda foi feita! Em regozijo pela venda do “Engenho Preguiça”, houve em Mamanguape, um banquete oferecido ao capitão Alberto César de Albuquerque.¹⁰⁷

Perante as compras dessas terras e de outras, iniciou-se a construção da fábrica e das suas imediações, cujas obras ocorreram entre os anos de 1917-1924. Porém, um ponto chama a atenção dos Lundgren na Paraíba.

Vejamos que o sucesso dos seus investimentos industriais na Paraíba está vinculado a arranjos políticos, pois apesar da medida de Camilo de Holanda ter objetivo de um progresso econômico com a expansão algodoeira, por trás existe uma manobra política com o objetivo maior que o econômico, seria o de promover práticas clientelísticas com os homens de dinheiro, ou latifundiárias, como forma de garantir apoio político.

E por que estabelecer essas práticas com os Lundgren? Lembremos que os mesmos não eram simplesmente industriais, e sim, tratava-se de políticos cujo histórico da família ia desde a chefia municipal em Pernambuco até ao poder federal como deputado, então o governo da Paraíba sabia que colheria bons negócios na política também, afinal negociaram com coronéis pernambucanos, coincidência ou estratégia política?

Parecem simples e capitalista as isenções fiscais aprovadas por Camilo de Holanda, contudo, elas trouxeram também total autonomia aos Lundgren, autorizando-os a supervisionarem a educação, saúde e segurança do distrito de Mamanguape. Porém, vejamos que nesse período eram essas relações políticas que garantiam o próprio poder estadual, pois:

De acordo com os princípios do federalismo, permitindo liberdade aos Estados para procederem de forma autônoma. Tal Estado, ampliando suas prerrogativas de poder a nível local, permitindo-lhes consolidar o “coronelismo” e reforçar a dominação dos grupos que comandavam a política local, ou seja, as oligarquias.¹⁰⁸

Por isso, a prefeitura de Mamanguape quando foi informada das vendas dos engenhos que faziam parte dessa região, se pronunciou sobre, pois, o monopólio econômico, significava também monopólio político:

Art. 2º - Compete ao Prefeito estipular e contractar o preço da respectiva indenização aos Cofres Municipais, depois de cujo effectivo pagamento não se poderá mais suscitar duvida alguma entre as partes tranzigentes, no tocante aos direitos reconhecidos, transmitidos e renunciados.¹⁰⁹

Dessa maneira, a prefeitura quando tomou conhecimento do grande projeto fabril colocou em questão uma possível indenização aos cofres municipais, uma vez que os Lundgren começaram a adquirir demasiadamente terras, assim como posteriormente a ocuparem territórios indígenas. Logo, só um projeto de iniciativa privada e de extensão

¹⁰⁷ FERNANDES, 1971, p.28.

¹⁰⁸ SILVEIRA *et al.*, 1999, p.54.

¹⁰⁹ Lima *apud in*: Rodrigues, 2008, p.97.

poderia ter interesse de investir nessa região, porque desde o princípio das compras das terras, os irmãos Lundgren perceberam que a região não era um espaço só de engenhos, e sim que tinha área suficiente para ir além, que conseqüentemente recebeu apoio para exercer o poder local no distrito da “preguiça”, ficando os operários a mercê do mandonismo local e do *status* privado.

Imagem 6 - Coirmã da CTP é inaugurada



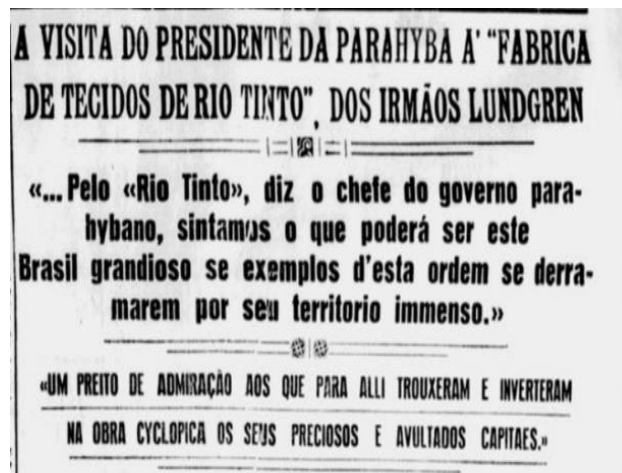
Fonte: Jornal Pequeno (1924) – Hemeroteca Digital.¹¹⁰

Assim, quando a fábrica foi finalmente inaugurada, foi marcada oficialmente a chegada do “Sistema Lundgren”, ou seja, do poder que antes emergira em Paulista e que nesse momento expandia-se para a Paraíba, que conseqüentemente a nova indústria paraibana trouxe visibilidade ao setor político, que obviamente está relacionado com o próprio reconhecimento que os irmãos Lundgren já obtinham fora do Estado.

Por isso, no ano de 1925 sob o governo de João Suassuna, a fábrica estampa a primeira página do jornal *Pequeno* de Pernambuco:

¹¹⁰ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/37707>. Acesso em: 05 de mai. de 2019.

Imagem 7- João Suassuna Visita Rio Tinto



Fonte: Jornal Pequeno (1925) – Hemeroteca Digital.¹¹¹

É através desses prestígios e de grande enaltecimento pela construção da fábrica têxtil, que aos poucos ganham espaços, porque essas colocações acima de tudo também revelam amizades políticas, ou melhor, criam a mesma, pois os Lundgren ganharam um selo que abriram oportunidades suficientes para entrarem na política paraibana.

Diante esse poder local e a isenção fiscal, no relatório do Estado da Paraíba do ano de 1928, foi encontrada a seguinte informação:

As enchentes tremendas de 1924 haviam destruído inteiramente as duas obras, feitas pela Inspectoria das Sêccas, em vãos de 8 12 metros; de modo que, sendo o desastre attribuído á insufficiencia de vazão fez o Estado o restabelecimento, duplicando para 16 e 24 metros as duas indispensaveis passagens. A reconstrucção, iniciada em outubro do anno passado e concluída em 31 de março deste anno, ficou elegante e solida, toda em cimento armado, e custou, em material e mão de obra, a importanc; a total de 94:116\$790. As duas pontes descriptas estavam incluídas no accôrdo de cooperação firmado entre o Estado e representada pela Inspectoria de Obras Contra as Secas mediante ordens e bases pelo Ministerio da Viação. Adeantados, porém, os materiaes pela Companhia Rio Tinto, cujo concurso decisivo assignalo, por intermedio de um dos seus directores, sr. Mario Vianna, digno prefeito de Mamanguape, deve a Inspectoria repôr ao Estado os ditos materiaes, pelos termos do prefalado accôrdo.¹¹²

Gurjão faz uma análise aos IFOCS (Infraestrutura de Obras Contra as Secas) em relação aos coronéis, afirmando o seguinte:

Auferiam lucros sobre a produção na intermediação comercial e nas empreitas das obras contra as secas, aumentando, consequentemente, a concentração da riqueza e permitindo a emergência de novas frações da classe dominante ligadas ao capital comercial e usurário.¹¹³

Nesse caso, a concentração de capital nas mãos dos coronéis darem-se através da transferência do dinheiro para os mesmos, ocorrendo a “supervalorização” das obras.

¹¹¹ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/39174>. Acesso em: 05 de junho de 2019.

¹¹² Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado da Parahyba à Assembleia Legislativa da sua primeira reunião ordinária da 10ª legislatura. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu>; Acesso em: 03 de abril de 2019.

¹¹³ GURJÃO, 1994, p. 31

Contudo, atentemos para o fato de que a situação dos Lundgren era diferente, pois lembramos que a isenção dos impostos dava toda a responsabilidade de obras em termos gerais aos donos da fábrica, o que mostra a autonomia e o cumprimento do acordo com o Estado, uma vez que a companhia já tinha adiantado os materiais e assim deveria o Estado devolver o valor a União.

Porém, apesar de não adentrarem nas estratégias dos IFOCS, percebe-se que estão presentes no jogo político e econômico dos coronéis, cuja efetivação nesse momento é do diretor da fábrica e prefeito de Mamanguape, assim vemos que de um lado temos na mesma pessoa um funcionário do setor privado e do outro lado um servidor público trazendo melhorias ao município, que diferente de Paulista, na Paraíba os irmãos Lundgren não participam como candidatos oficiais, mas como indicadores de pessoas de confiança para a política, por isso em 1927 o diretor da fábrica Mario Coelho Vianna, é eleito prefeito de Mamanguape, com apenas três anos de inauguração da fábrica.

Assim, seguindo a análise de Leal a respeito do coronelismo:

Com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança.¹¹⁴

Com o fim do mandato de Mário Vianna, Mamanguape obteve mais um prefeito ligado a Fábrica Rio Tinto entre os anos de 1929 a 1930, com Durval Campos de Góes Teles. Durval ocupou cargo no setor da administração da fábrica. Contudo, existem duas problemáticas bibliográficas a respeito: em uma primeira¹¹⁵ fonte utilizada afirma-se que Durval Teles foi prefeito do então município de Mamanguape, em uma segunda fonte Durval não aparece na listagem de prefeitos do Município, e nessa mesma obra uma novidade é apresentada, pois Mario Coelho Viana assumiu em 28 de setembro de 1934 novamente a chefia local de Mamanguape.

A segunda fonte trata-se do livro: *Mamanguape: apogeu, declínio e ressurgimento*¹¹⁶, o autor, em nota de rodapé, irá explicar da seguinte forma: “se houver algum engano nestas notas, deve-se à escassez dos arquivos mais antigos da edilidade mamanguapense, que, de certa forma, é deficiente em matéria do seu acervo histórico”.¹¹⁷

¹¹⁴ LEAL, 2012, p.58

¹¹⁵ COSTA, Coelho Adailton. *Mamanguape: a fênix paraibana*. João Pessoa: Grapset, 1986.

¹¹⁶ ALBURQUEQUE, Marcos Cavalcanti de. *Mamanguape: apogeu, declínio e ressurgimento*. João Pessoa: Idea, 2009, p.74.

¹¹⁷ Ibid., p. 356.

Portanto, no distrito de Rio Tinto, o poder local dos Lundgren os levará a um jogo de alternância entre o poder público e o privado, aonde pessoas de importância e de confiança da fábrica, exercem um cargo renomado e são interpostos na política local. Outro exemplo dessa inserção entre o público e o privado, acontece em 1936 quando Eduardo de Alencar Ferreira, o genro de um dos donos da fábrica, o coronel Arthur Lundgren, assume a chefia local de Mamanguape.

Contudo, um fato interessante para esse episódio é que esse governo local é de 1936 a 1940, logo se trata do período de Getúlio Vargas na presidência da república, o que significa que esse cargo foi conquistado por meio de um interventor, que indicava e nomeava o prefeito, logo era necessário um fio condutor nesse período para assumir a chefia de um município. João Batista Fernandes ressalta esse fato em uma das suas obras:

Chegou ele em Rio Tinto, e já casado com a senhora Alice Ferreira, filha do Comendador Arthur Lundgren. Foi cabo do Exército, no Rio de Janeiro, mas não quis prosseguir a carreira militar. Em 1935 foi eleito prefeito de Mamanguape, demorando-se no cargo até o término da interventoria Argemiro de Figueiredo.¹¹⁸

Os interventores tinham um cargo no poder executivo estadual, pois desta forma não havia necessariamente a dependência do Estado do poder local para perpetuar no poder, nesse momento o poder municipal dependia do poder estadual, e o mesmo dependia necessariamente do poder federal. Assim, o interventor era nomeado pelo governo federal, centralizando o poder do presidente da República e rompendo com a velha “política dos governadores”.

Criou-se assim, uma máquina burocrática que escapava ao controle direto das oligarquias regionais, centralizando o poder. Todavia, esta centralização foi viável, na medida em que resguardou os fundamentos do poder local e a sobrevivência das oligarquias. Contudo, a relação entre estas e poder local foi reordenada, estabelecendo-se novos canais para o atendimento de suas demandas.¹¹⁹

Desta maneira, percebemos que Vargas não quebra com o sistema das oligarquias e sim as reconsidera, pois sem o apoio dessas, o seu governo seria solúvel. Assim, os interventores serviram para afixar o poder do presidente, de modo que os mesmos perpetuassem as velhas figuras políticas, ou melhor, os coronéis, mas em outras configurações.

No período que compreendeu a chefia municipal do genro de Arthur Lundgren, foi constatado no jornal *Diário de Pernambuco* do ano de 1937 uma visita do então governador e interventor Argemiro de Figueiredo em Mamanguape e em Rio Tinto:

¹¹⁸ FERNANDES, 1971, p.67.

¹¹⁹ GURJÃO, 1994, p.6.

A cidade de Mamanguape apresentava um aspecto festivo, com as suas ruas engalanadas, sendo a comitiva ali recebida com entusiasmo pelo povo e autoridade locais, tendo à frente o prefeito municipal sr. Eduardo Alencar Ferreira. [...] O governador Argemiro de Figueiredo dirigiu-se, imediatamente, ao Grupo Escolar Professor Luiz Aprigio. [...] O governador do Estado e seus companheiros de viagem, seguiram para Rio Tinto, tendo sido recebidos pelos sr. Carlos Rueger, superintendente da Companhia de Tecidos Rio Tinto, em sua confortável residência, onde foi servido um cocktail. Após, efectuou-se uma demorada visita as várias secções da grande fábrica de tecidos de Rio Tinto, tendo o sr. Carlos Rueger explicando a todos, os vários processos de fabrico de tecidos, desde a entrada do algodão à coloração dos tecidos. Pouco antes da realização do almoço chegaram do Recife, com o fim especial de cumprimentar o Governador do Estado, os industriais Frederico e Arthur Lundgren.¹²⁰

Vejamos que na notícia, Eduardo Ferreira como prefeito de Mamanguape recebe o então governador do Estado. Paralelamente, em outro momento é aproveitada a oportunidade para leva-lo as imediações da fábrica, demonstrando como funcionava.

Imagem 8 - Visita de Argemiro Figueiredo a Mamanguape



Fonte: Jornal Pequeno (1937) – Hemeroteca Digital.¹²¹

Contudo, atentemos para o fato da então vinda de Recife dos irmãos coronéis para receber o governador, que em meio ao encontro para o almoço demonstra a pretensão de uma amizade política por meio do poder público, porque até então o governador Argemiro de

¹²⁰ A excursão do governador Argemiro de Figueiredo ao município de Mamanguape. **Jornal Diário de Pernambuco**, Recife, 29 de março de 1937, n. 00070. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/59081>. Acesso em: 05 de jun. 2019.

¹²¹ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/800643/59081>. Acesso em: 05 de jun. de 2019.

Figueiredo tinha vindo para uma excursão em Mamanguape, e não para a fábrica, ou seja, em um primeiro momento foi um encontro entre o poder público e em outro entre o público e o privado, que no fim se tratava de um poder homogêneo.

Um só poder, pois, se nesse momento Eduardo Ferreira era o prefeito de Mamanguape, qual era a relação do governador ter ido visitar o núcleo fabril, a visita não seria especificamente a Mamanguape? Todavia, o chefe municipal era o genro do industrial Arthur Lundgren, nomeado pelo então governador presente Argemiro de Figueiredo, logo o andamento que levou a visita mostra uma relação política entre o governador e os industriais, confirmando o vínculo de amizade que existiam entre os mesmos para que os Lundgren conseguissem chegar à chefia municipal.

Essas relações entre o poder estadual e a fábrica, mostram o próprio clientelismo existente. Por isso, os Lundgren conseguem deter de um mandonismo local na região, uma vez que esse poder haveria de ser legitimado, e essa legitimação ocorria “legalmente” com o apoio do Estado e socialmente com os mecanismos criados pelos industriais nas imediações da fábrica Rio Tinto.

CAPÍTULO 3: A CONSTRUÇÃO DE UM NÚCLEO FABRIL NA “VILA DA PREGUIÇA” E O MANDONISMO LOCAL

Em 1817, o Padre Manuel Aires de Casal registrava: Montemor é uma vilota de aborígenes, obra duma milha [cerca de 2km] arredada da margem setentrional do rio Mamanguape, é quatro léguas [24km] longe do mar. Teve principio seis milhas [12km] mais arriba, onde está a paróquia de S. Pedro e S.Paulo, para habitação dos avós dos seus atuais habitantes. Tendo crescido muito o número dos brancos, que ali se lhes agregaram, para evitar as desavenças, que às vezes se originavam entre as duas hierarquias [etnias], veio-se em separá-las, fazendo-se nova aldeia, com o nome de Preguiça, para estabelecimento dos primeiros [indígenas] no sítio, onde está a vila. A sua matriz é dedicada a N. Senhora dos Prazeres.¹²²

A partir do relato do padre Manuel sobre Montemor, percebemos que onde hoje se localiza a cidade de Rio Tinto acolhia uma grande população indígena. Entretanto, é no século XIX que esse território é dividido em duas partes: a vila de Montemor (atual bairro da vila Regina) e a vila da Preguiça, abrangendo a última além de demais indígenas, sítios ou engenhos que posteriormente serão as terras das instalações da Companhia de Tecidos Paulista – Fábrica Rio Tinto.

Contudo, em 1917: “Tornou-se indiscutível o ciclopismo de empreendimento que consistia em converter ponderável área do vale do rio Mamanguape onde “existiam apenas índios, madeira e impaludismo”, em moderna comunidade industrial”.¹²³ Dessa maneira, A Fábrica Rio Tinto, criou um monopólio de empregos na região que beneficiava o Estado da Paraíba, com o bom desenvolvimento têxtil.

3.1 O núcleo fabril do “Sistema Lundgren”.

As grandes industrias parahybanas. A Fabrica de Fiação e Tecidos da Empresa Frederico João Lundgren de Mamanguape. Causa da denominação de “Rio Tinto” aquelle estabelecimento. A maior Fábrica de Tecidos do Norte. As industrias reunidas de Ceramica, estaleiro, gelo e serraria. A construção de duas mil casas para operários. Uma produção diária de trezentos mil tijolos. A desobstrução do rio Mamanguape, a abertura do estreito de “Cachimbo”. A organização do trabalho Dois mil operários já em atividade representando uma “feria” mensal de sessenta contos de réis. A fundação de pomares para o e estabelecimento da futura população operaria. Assistencia medica aos trabalhadores. Commercio livre, como se formam as cidades. O ressurgimento de Mamanguape. Dez mil contos de orçamento para a construção da grande Fabrica de Tecidos de “Rio Tinto”.¹²⁴

As vilas ou cidades-operárias eram destinadas a indivíduos que saíram da zona rural para trabalharem nas indústrias, que possibilitava a construção da família próxima ao

¹²² RODRIGUES, 2008, p.38

¹²³ PANET *et al.*, 2002, p.72

¹²⁴ As grandes industrias parahybanas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 de abril de 1920, ed.00112. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_10/1001. Acesso em: 15 de mar. de 2019.

ambiente de trabalho do chefe de família, que levava aos capitais industriários o caráter paternalista, uma vez que essas vilas possibilitavam aos patrões o controle sobre os seus trabalhadores e a condução de demanda operária para as suas indústrias.

Essas são resquícios de um modelo europeu, que com o surgimento de indústrias no Brasil, foram adotadas essas práticas no século XX, como afirma Telma Correia:

No Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, difundiu-se largamente a prática da construção, por empresas, de moradias para seus operários em cidades ou em localidades rurais. Tal prática deu origem a comunidades habitadas principalmente por empregados de uma única companhia que possuía parte substancial do mercado imobiliário e das casas e com frequência, também detinha o controle sobre os equipamentos e serviços coletivos. No território nacional, esses assentamentos estavam ligados sobretudo a indústrias têxteis, de papel, empresas de mineração, usinas de açúcar e frigoríficos.¹²⁵

Dessa maneira, o antropólogo Lopes vai questionar e explicar, qual a diferença da “vila operária” do “Sistema Lundgren” para as vilas dos demais latifundiários? O autor destaca que as demais vilas tinham o objetivo de formar centros residenciais fabris para os seus trabalhadores, ou seja, apenas como moradia e local de descanso pós-trabalho.

A “vila operária” da CTP era uma comunidade, fator esse que justifica os comandos da companhia na feira, a criação de áreas de lazer para os operários e as regras impostas pelos mesmos para manter-se nas casas. Todos esses fatores desencadeavam uma área privada dentro de um espaço isolado, resultando na ausência de autonomia e de independência dos operários e da população fora da fábrica.

Imagem 9 - Vista dos núcleos residenciais e do parque industrial em meados dos anos 40



Fonte: acervo da CTRT.

¹²⁵ CORREIA, Telma de Barros. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. *R.B Estudos Urbanos e Regionais*, nº4, 2001, p.83.

Seguindo a definição de Lopes e de outros autores, é interessante citar que Correia reinterpreta a definição errônea de vilas operárias, e a distingue, o que insere o contexto Lundgren no termo de núcleos fabris, pois: “Assim, julgamos pertinente nomear “vilas operárias” os grupos de casas - algumas vezes acompanhados de equipamentos coletivos, como escola, igreja ou clube – localizados dentro de cidades ou em subúrbios”¹²⁶. O que nos leva a perceber que de maneira equivocada, foram muitas vezes definidas como vilas. Entretanto, o termo não condiz com o contexto social que o espaço do núcleo fabril do Grupo Lundgren está presente, sendo assim considerados da seguinte forma:

Em se tratando de assentamentos isolados criados por indústrias, dotados de moradias e serviços essenciais, consideramos adequado chamá-los de “núcleos fabris” ou “núcleos operários”, quando conservam uma dimensão reduzida e as empresas mantêm o controle sobre a vida econômica e política do lugar e, só possam não se diferenciar das “vilas operárias”, afastam-se delas pelo isolamento em relações a outras aglomerações – com repercussões sobre o cotidiano local – e especialmente pelo grau de autonomia da empresa na gestão do lugar.¹²⁷

O isolamento proporcionado pelo núcleo fabril leva a posse da grande parte do imobiliário, além da projeção de controle sobre os serviços coletivos. Contudo, o núcleo fabril dos Lundgren apresentava a junção de mecanismos que davam legitimidade ao poder da família, uma vez que construíram todo o monopólio do distrito, desde a fábrica até os demais serviços que eram de uso exclusivo de seus operários, sendo os mesmos donos da fábrica os responsáveis por esses serviços.

Conseqüentemente, os operários faziam parte do jogo de poder dos patrões da fábrica, inicialmente através dos recrutamentos e das próprias dimensões de conhecimento sobre as indústrias Lundgren, facilitando a “sedução” desses trabalhadores para as imediações da nova fábrica no interior da Paraíba.

Posteriormente com a fixação desses indivíduos nas pequenas casas com as suas famílias, os mesmos eram alienados através do oferecimento pelos coronéis ao acesso: a residência, alimentos a custo “baixo”, tecidos, educação, religiosidade, saúde, segurança (policiamento) e entretenimento, formando uma “cidade privada” dentro de um município, extinguindo a liberdade individual dos operários e facilitando o poder dos Lundgren.

Além do mais, se paramos para analisar a estrutura desse núcleo iremos perceber que o conjunto de casas nas ruas dispõe de características que dialogam com a higiene e decência, afastando-se de assimilações com cortiços. Assim, é a partir dessa conjuntura que os

¹²⁶ CORREIA, 2001, p.95.

¹²⁷ Ibid., p.95.

Lundgren vão ao decorrer do tempo adquirindo grandes extensões territoriais. Por isso segundo Andrade: “só o ar que se respira não é propriedade da fábrica”.¹²⁸

Dessa forma, compreendemos que as vilas operárias estão inseridas em um espaço social urbano, e os núcleos fabris em uma zona isolada que oferecia serviços coletivos aos operários encontrados em áreas urbanas, cuja finalidade é a de controle intensivo a população submissa e residente, assim seus operários ficavam afastados do “perigo comunista” a partir dos anos 20, e das discussões de greves que poderiam ser levantadas aos sindicatos.

Palavras afirmadas pelo próprio João Batista Fernandes (“Batistinha”), que descreve o motivo da instalação da fábrica em uma área isolada da cidade de Mamanguape:

Afastando-se do ambiente das grandes cidades, visto como fonte de perigos sanitários, morais e políticos, ampliou-se o controle das circunstâncias que envolviam o cotidiano operário nos assentamentos que criaram o que possibilitou aos industriais, a chance de obter um grupo de trabalhadores mais produtivo e submisso.¹²⁹

Assim, percebemos que o isolamento da fábrica criava condições para que os trabalhadores não se misturassem com manifestações, ou qualquer mobilização contra os patrões. E essa condição, é o reflexo da Greve geral de 1917, onde ocorreu uma união operária com o objetivo era o de reivindicar as péssimas condições que estavam sujeitos. “o movimento foi à reação operária a um período de intensificação do horário de trabalho, de subida repentina dos preços e estagnação dos salários: ou seja, de uma fortíssima piora do poder de compra e das condições de trabalho”¹³⁰.

Por isso, todo o núcleo industrial dos Lundgren foi pensado de forma homogênea, criando todo um “espetáculo” para uma população, de maneira que nada deveria reclamar apenas agradecer. Inclusive, o próprio sindicato era comandado pelos industriais, o que mostra o medo de uma possível revolta dos seus trabalhadores, o que estabelecia amenização nas reivindicações. Como afirmava o coronel Frederico Lundgren: “a política que deverá ser adotada aqui, em Rio Tinto, será entre mim, e meus operários. Não quero intrusos; pois se eles tomarem posição aqui, acabar-se a harmonia que existe entre a Fábrica e meus operários”.¹³¹

¹²⁸ *Apud* RODRIGUES, 2008, p. 103.

¹²⁹ FERNANDES, 1978, p.35

¹³⁰ *Greve Geral de 1917*. <https://atlas.fgv.br/verbetes/greve-geral-de-1917>. Acessado em: 07 de maio de 2019.

¹³¹ FERNANDES, *Op.cit.*, p.64.

3.3 A construção dos núcleos residenciais da CTP – Fábrica Rio Tinto.

Em 1917, foram realizadas as compras das terras que dariam espaço para a construção da indústria e das suas extensões. Assim, já no seguinte ano, os núcleos operários começam a ganhar desenho, como mostra o dialogo citado por “*Batistinha*” em entrevista ao senhor João de Macêdo.

- Vossa excelência chamou?

Chamei. Agora me, diga aqui, Senhor João Pinheiro de Macêdo; em que pé está o término da construção daqueles cubículos que eu denominei de Rua Barão de Triunfo?

-Bem meu Coronel, é o seguinte...

-Vamos homem desembuche.

É que o mestre Bauer, Coronel, ainda ontem me falou que é devido á estas invernadas, a estas intempéries...

Não. Senhor João Pinheiro de Macêdo, tipo de desculpas fúnebres dessa maneira jamais serão aceitas por mim. Aguaceiro, Senhor João Pinheiro de Macêdo, nunca atrapalhou construção alguma; muito pelo contrário, refresca. Senão, os senhores Holandeses não teriam feito o País deles.¹³²

Assim, é possível notar que o Coronel Frederico demonstrava pressa para a conclusão das obras, mesmo que estivesse no período de chuvas na região. As construções foram todas feitas a partir de pedras calcarias misturada com areia branca, devido à necessidade de importação de cimento, o que atrasaria a construção do parque industrial e de suas imediações.

Por isso os Lundgren adquiriram uma propriedade chamada “Tatu-peba”, localizada entre os municípios de Mamanguape e Santa Rita, o que culminou na inauguração dos núcleos operários em 24 de outubro de 1924 e da fábrica em 27 de dezembro do respectivo ano.

[...] os blocos de pedras calcarias extraídos da fazenda Tatu-Peba eram transportados por via férrea, pois a Companhia possuía cinco locomotivas. Eles saiam de Martinica até o forno da cal, em Jaraguá, num percurso com cerca de vinte e cinco quilômetros, onde eram queimados e transformados em pó.¹³³

A companhia formou um conjunto de empreendimentos que garantiu o suporte para o desenvolvimento da fábrica e das residências, obtendo olarias, pedreiras, rede elétrica própria, portos e ferrovias. Além do mais, o madeiramento utilizado nas construções das casas foi todo, também, retirado das riquezas locais:

Mestre Olinto, em que ano o senhor chegou aqui em Rio Tinto? Bem; - “eu vim morar” neste lugar no ano de 1917, logo que o Coronel Frederico comprou o Engenho da Preguiça. Muito bem, Mestre Olinto: mas, quando se deu realmente o início da construção desses cubículos, como foi mesmo a coisa, Mestre, Mestre Olinto? Bem; - foi o seguinte: O madeiramento não foi comprado, não; porque foi tudo tirado dos mangues (terra da Marinha) desde as vigas mestras, aos caibros.¹³⁴

¹³² FERNANDES, 1978, p.35

¹³³ RODRIGUES, 2008, p.98

¹³⁴ FERNANDES, Op.Cit., p.37

A extração dessa madeira foi oriunda do engenho “Três rios”, na mesma, tinha-se a presença do mangue de sapateiro¹³⁵, cuja madeira serviu para os vigamentos, os trilhos do trem e para as demais construções, além disso, a sua localização era a principal entrada para o rio Mamanguape. Dadas às peculiaridades do desenvolvimento industrial no distrito, os Lundgren expandem o seu domínio mais uma vez camuflado nas construções de mais um núcleo fabril, a Fábrica Regina uma subsede da Fábrica Rio Tinto, construída em uma área propriamente potiguara, a vila de Monte Mor.

Imagem 10 - Núcleos residenciais na Vila de Monte Mor.



Fonte: acervo da CTRT.

Foi na vila de Monte Mor, que foi construído o símbolo do poder local dos Lundgren o chamado “Palacete”, tendo as suas obras datadas entre os anos de 1945 e 1946, com uma arquitetura similar a das casas coloniais, oferecendo: “casas para operários, o Palacete dos Lundgren, escola, posto de saúde, clube e uma igreja (uma antiga capela preexistente)”.¹³⁶

¹³⁵ *Rhizophora mangle*.

¹³⁶ PANET *et al.*, 2002, p.56.

Imagem 11 - Resquícios do Palacete dos Lundgren.



Fonte: Robério Germano (2018).¹³⁷

Dessa forma, a partir das construções espalhadas pela cidade podemos perceber que a intenção dos proprietários da fábrica sempre foi o de controlar os seus operários além dos “muros”, construindo estruturas que reforçassem o seu domínio e que limitasse a população dentro dos seus moldes “arbitrários”.

Não podendo deixar de enfatizar, que o mesmo acontecia com a população da “fábrica de baixo”, aonde existia a mesma ordem para que os mesmos não precisassem sair da cidade para outras, impedindo a ausência da sua “vistoria”, criando um sistema econômico que o ciclo financeiro do operário sempre voltava para as mãos dos patrões. A exemplo das “regras da casa”, temos a seguinte informação:

Muitos Potiguaras relatam que quando uma família se recusava a entregar suas terras para os Lundgren tinham suas casas atacadas e destruídas pelos capangas do Coronel Frederico durante a noite impossibilitando a fuga, muitos indígenas tinham medo de se aproximar de suas famílias para não serem pegos, devido a esse fato muitos optaram pela dispersão ao migrarem para outras aldeias ou cidades do entorno.¹³⁸

A área aonde foi construída a Fábrica Regina, é até hoje uma zona potiguara. Nesse período, como consequência da expansão na “vila da preguiça” e o remanejamento dos indígenas para a parte superior do distrito, a vila de Montemor tinha habitantes indígenas até a Baía da Traição, e que foram marcados pela intervenção industrial desde a construção de outra sede, a fábrica Regina, até o desmatamento para o uso de lenhas.

Amorim *apud* Araújo, explica as consequências com a chegada da nova fábrica na Vila de Monte Mor:

¹³⁷ Disponível em: in: <http://www.riotinto.pb.gov.br/turismo/pontos-turisticos/>. Acessado em: 27 de maio de 2019.

¹³⁸ ARAÚJO, Marianna de Queiroz. A Família Lundgren e a fundação da cidade de Rio Tinto: Do medo ao acirramento dos conflitos fundiários. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v.1, n.3, p. 124-135, novembro de 2017. ISSN 2526-4702, p.129.

No final de 1925 a Companhia começou a funcionar tendo se apropriado de grande parte do território indígena. A Vila Monte-Mór é ocupada para a ampliação do empreendimento urbano-fabril, com a construção de uma nova unidade industrial e da vila operária. A partir desse momento, os Lundgren passam a atrair mão de obra, empregando muitos Potiguaras na implantação de roçados para abastecer o “barracão” e na abertura e conservação de estradas.¹³⁹

Assim sendo, temos um claro exemplo do mandonismo local exercido pela fábrica e pelo “Sistema Lundgren”, que como consequência trouxe aos indígenas que ali viveram a modificação do seu ambiente familiar, juntamente com a inserção de operários que passaram a residirem nos núcleos.

Para que se tenha ideia da amplitude desse domínio, no lugar do atual cemitério, ao lado da estrada para Mamanguape, funcionava posto de controle das pessoas que entravam e saíam de Rio Tinto, guarnecido por vigias do cotonifício. “Assim, só circulava em Rio Tinto quem, para tanto estivesse autorizado pela Fábrica”.¹⁴⁰

O impacto desse mandonismo, não atendia apenas a área onde estava inserida a fábrica e as suas imediações, mas também a pessoas que vinham de fora do distrito, logo só podia entrar no território quem fosse operário, era estabelecido assim à ordem e o controle.

3.4 A hierarquização social e a vida nos espaços do núcleo fabril.

Sabemos que a construção das vilas operárias nas áreas urbanas como medidas higiênicas e de substituição aos cortiços, tinham o objetivo de garantir moradia e o controle dos trabalhadores das fábricas. No caso das instalações dos irmãos Lundgren, a construção dos núcleos operários denotava o mesmo sentido, dada as peculiaridades de uma área isolada em um espaço anteriormente rural.

Alvim compreende que os Lundgren faziam o jogo da “sedução da cidade”, uma vez que o espaço era feito com o intuito de atrair a população de diferentes zonas para o ambiente industrial, tarefa facilitada pelo trabalho dos recrutadores e que legitimavam o poder dos coronéis.

Assim sendo, o núcleo fabril contava com uma divisão nítida: a área dos operários e a dos chefes da fábrica. Na praça próxima das imediações da fábrica e em alguns outros pontos, tem-se a presença de chalés, residências destinadas aos cargos superiores da fábrica, além de que para os mesmos eram oferecidos serviços de água dentro das casas e de energia elétrica (para a maioria).

A fábrica usava água própria, do rio Vermelho, que é afluente do rio Mamanguape. Esse rio além de não ser salobro é perene. Para facilitar a circulação da água, para os diversos setores da Fábrica, foi construída uma caixa d’água elevada. Para a

¹³⁹ Ibid., p.128.

¹⁴⁰ PANET *et al.*, 2002, p.73.

população a Fábrica se servia do riacho Patrício, que é perene e nasce na mata, onde instalou um “burro”, que era uma potente bomba, que impulsionava a água que era distribuída para a população. Para a parte alta, a vila Regina, a Fábrica captava água do riacho Catolé e a bombeava até a Rua do Catolé.¹⁴¹

Nas residências dos operários da fábrica, tinham-se pequenas casas conjugadas com a ausência de água encanada e de energia elétrica. O fornecimento de água para os mesmos eram distribuídos através dos chamados “chafarizes”, torneiras que estavam presentes nas ruas, como mostra a imagem a seguir de uma rua das dependências da fábrica Regina:

Imagem 12 - Presença do chafariz entre as residências operárias.



Fonte: acervo da CTRT.

Para o entretenimento, a fábrica também dividiu o espaço para a elite local e para os operários:

Ela construiu diversos clubes e campos de futebol, de acordo com a escala social: Rio Tinto Tênis Clube, para a diretoria e funcionários graduados; o América, o Flamengo e o Rio Tinto, para os operários; filmes ao ar livre, até 1944, quando foi construído o cine Orion, com uma área coberta de 2.000 m² e com capacidade para 1.800 pessoas e uma banda de música.¹⁴²

Dessa forma, o cinema do núcleo fabril servia de espaço para aproximar os operários dos patrões, o que fazia parte do jogo de “sedução” que Alvim aborda, porém não mais

¹⁴¹ RODRIGUES, 2008, p.99.

¹⁴² RODRIGUES, 2008, p.102

atraindo para ir trabalhar nas indústrias e sim para permanecer nas suas imediações, algo parecido e usando de maneira metafórica, como a “política do pão e circo”, com a finalidade de manter a ordem e o apoio da população.

Imagem 13 - Antigo Cinema Cine Teatro Orion, inaugurado em 1944.



Fonte: acervo da autora (2019).

A respeito da hierarquização social dos espaços de lazer, temos a seguinte manchete do jornal *Pequeno* referente ao ano de 1947:

Rio Tinto Tennis Clube. Em sua sede, na cidade do Rio Tinto, Estado da Parahyba, realizou-se, a 25 do mês passado, uma assembleia geral dêsse clube, para eleição de sua nova diretoria, a qual ficou assim constituída: presidente, Otto Hofmann; vice-presidente, Francisco Gerbasi; 1º secretário, Henrique Mariani; 2º secretário, Edmundo Henriques. Tesoureiro, Alcides Carvalho; diretor geral de esportes, Aécio M. de Sá Leitão. Comissão fiscal: Edesio Fragoso de Albuquerque, Newton de Almeida e Vanildo de Sousa Massa.¹⁴³

Notemos a presença de duas figuras importantes e de prestígio para a fábrica: o presidente do clube *Otto Hofmann*, que assumiu cargos da direção da Cia., e a presença de *Francisco Gerbasi*, também tendo assumido a direção da mesma e das Lojas Paulista na capital do Estado.

Além do mais, a fábrica também disponibilizava de uma área para atender as demandas alimentícias dos seus empregados, como mostra a imagem a seguir:

¹⁴³ Rio Tinto Tennis Clube. **Jornal Pequeno**, Recife, 28 de julho de 1947.

Imagem 14 - Antigo “barracão”.



Fonte: acervo da autora (2019).

Para os seus operários, o “Sistema Lundgren” oferecia algumas lenhas, querosene e gelos¹⁴⁴ para uso doméstico. Havia as festas para os operários, tecidos das Lojas Paulistas, alimentação dentro da própria fábrica e fora dele nos “barracões”, tudo a preço que condizia com a renda proporcionada pelo trabalho. No entanto, atenta-se para o fato de que a presença desses serviços coletivos:

Os operários são, então, induzidos a gastarem seus salários irrisórios nos estabelecimentos da própria fábrica, o que evidentemente significa um aumento nos lucros do capitalista. Mas, talvez aí não esteja seu principal significado. Pois a própria limitação das lojas e das alternativas de comércio impede que se desenvolvam hábitos prazerosos de consumo, uma “dança do desejo em torno das coisas”, incentivando o operário a levar uma vida sóbria, regrada, de economia e poupança.¹⁴⁵

Dessa forma, nota-se que os Lundgren ofereciam serviços coletivos que consequentemente garantiam e “camuflavam” a ordem e supervisão dos operários fora da jornada de trabalho, além desses serviços que induziam a não locomoção dos mesmos para cidades vizinhas. Segundo Margareth Rago, a partir dos seus exemplos de vilas operárias nos espaços urbanos de diferentes empresas do Brasil, percebe-se a intenção dos patrões:

A forma de organização do espaço habitacional visava, portanto, garantir a permanência junto a unidade produtiva de uma força de trabalho especializada, numa época em que a mecanização da indústria ainda não desqualificara totalmente o saber fazer profissional¹⁴⁶.

¹⁴⁴ Oriundos da fábrica de gelo.

¹⁴⁵ RAGO, Luiza Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil, 1890 -1930*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p.238

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 245

A qualificação profissional era de extrema importância, pois a fábrica tinha uma escola interna para preparar os seus operários antes do vínculo empregatício Escola de Aprendizagem Coronel Frederico Lundgren (EACFL), que além de instruí-los fiscalizava a altura dos futuros operários, em detrimento do tamanho das máquinas. Entretanto, em 1946 foi instalado um núcleo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), habilitando profissionalmente os operários das áreas de: serralheiro, marceneiro, ajudante de contramestre, fiação e tecelagem.

Em meio às extensões fabris, é importante destacar os apitos simbólicos que representavam não apenas a troca dos turnos dos operários, mas o próprio controle sobre a população, pois significava o alerta para os vigias (policimento local) do fluxo de pessoas nas ruas, diante a entrada e a saída dos operários.

Atuavam os chamados “caveiras” que, na condição de “olhos e ouvidos do rei”, encarregavam-se de, infiltrados junto à população, manter os dirigentes fabris informados de tudo que se passava em Rio Tinto. Por essa via é que os funcionários e operários menos dóceis eram mantidos sob vigilância, quando não demitidos.¹⁴⁷

Dessa forma, percebemos que o conjunto de estruturas criadas para a divisão social dos operários fora dos “muros”, e, do oferecimento de “brindes”, levava a submissão da população perante as suas necessidades, o que garantia assim o monopólio político, econômico e social dos Lundgren. Assim se tem os industriais Lundgren pertencentes ao fenômeno de um coronelismo industrial.

São inseridos nesse contexto, porque detêm de um poder exercido no âmbito municipal e privado, legitimado por relações políticas, econômicas e sociais com o Estado e efetivado com o controle da população a partir de uma ordem “extralegal”, essencial para a preservação do fenômeno do coronelismo. Como diz Leal a respeito dos coronéis: “se adapta, aqui e ali, para sobreviver, abandonando os anéis para conservar os dedos”.¹⁴⁸

¹⁴⁷ PANET *et al.*, 2002, p.89.

¹⁴⁸ LEAL, 2012, p.237.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da família Lundgren no Brasil inicia-se na segunda metade do século XIX, com a chegada do sueco Herman Lundgren, que a princípio se dedicou ao comércio local e pôr fim a indústria têxtil, a Companhia de Tecidos Paulista. Entretanto, com a morte de Herman Lundgren em 1907 a administração ficou por conta dos seus herdeiros, que usaram do ramo industrial para a entrada da família na política do Estado de Pernambuco, uma vez que, interessados em outras ações da empresa, os Lundgren construíram relações políticas locais.

No ano de 1911, os industriais entram na política de Pernambuco contra a oligarquia tradicional de Olinda – Rosa e Silva, sendo oposição e apoiando o candidato a presidente de Estado, Dantas Barreto. Essas eleições obteve o candidato apoiado pelos industriais vencedor, colabora para que os Lundgren se desenvolvam na política local do Estado e adquiram mais ações econômicas e territoriais para a CTP.

A partir de então, as relações políticas iniciadas em Pernambuco em 1911, fizeram com que os industriais se envolvessem, sucessivamente, com cargos de prefeitos, conselheiros e deputados. Desta forma, aos poucos houve um favorecimento da ampliação do seu domínio na região que a fábrica estava instalada, comandando setores que não eram de sua obrigação, como, por exemplo, a segurança local, em que os vigias da fábrica superavam a quantidade de policiais na região.

Assim, a CTP se estruturou utilizando inúmeras dimensões territoriais que faziam parte do jogo de “sedução” dos Lundgren, junto com a “fome de braços” que atraíam uma grande quantidade de trabalhadores para as suas fábricas, através de recrutamentos entre os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Partindo do histórico político-econômico em Pernambuco, os Lundgren representaram um amplo poder econômico e social, amarrado por um jogo de arranjos políticos entre disputas com oligarquias locais e apoio a candidatos que trouxessem benefícios para seus interesses industriais e políticos. Assim, foi possível que os industriais Frederico Lundgren e Arthur Lundgren obtivessem condições favoráveis para o desenvolvimento têxtil na Paraíba, oriundo dos incentivos fiscais sancionados pelo presidente de Estado, Camilo de Holanda, vinculados ao *boom* algodoeiro no Estado.

Com acordos políticos e isenções na Paraíba, a construção da Fábrica Rio Tinto esteve envolvida com relações clientelísticas desde as compras das terras do “engenho preguiça” em 1917. Por meio desses acordos foi possível obter por vinte e cinco anos a isenção de impostos,

que lhe garantiram também responsabilidade por saúde, educação e segurança do distrito, levando-os a deterem um monopólio de poder que possibilitou a sua expansão em cargos máximos no município de Mamanguape. No que abrange o início da construção da fábrica até os fins da década de 40, os Lundgren conseguiram deter o poder local da região.

Dessa maneira, os industriais fizeram parte do fenômeno do coronelismo possuindo grandes hectares de latifúndios, reproduzindo o clientelismo e o mandonismo na Paraíba. Isso foi possível através dos privilégios fiscais na economia e no fortalecimento dos mecanismos sociais que eram efetivados desde a Companhia de Tecidos Paulista no Estado vizinho, Pernambuco.

Por isso, Leal enfatiza que o coronelismo é a relação entre o Estado, o município e a União. Assim sendo, é também a inserção do poder privado no âmbito público através da troca de favores com o Estado, firmando as relações políticas e estabelecendo o mandonismo local, ou como Leal vai denominar: “a autonomia extralegal”.

Contudo, a família Lundgren dependeu do clientelismo, como qualquer outro coronel, porém, com uma ressalva: eles fizeram um papel de financiador na região que o núcleo fabril foi instalado, devido ao acordo que foi firmado com o Estado na década de 20. Mas essa exceção não os afasta do fenômeno coronelístico, demonstrando que se readaptaram, agindo como financiadores de obras e continuaram dependentes do Estado, para o mandonismo local.

Esse mandonismo estava presente no dia a dia dos operários, que eram vigiados durante o expediente de trabalho e no fim do mesmo. O controle para ter acesso ao distrito dependia de autorização, e as relações de trabalho inicialmente eram mediadas pelos donos da fábrica, que através dos mecanismos sociais presentes no núcleo fabril tentavam alienar a população.

Esse poder manifestou-se com a construção de núcleos operários e de extensões que facilitavam o controle dos empregados fora do expediente de trabalho. O núcleo fabril era composto por áreas privadas que abrangeram: o lazer, a alimentação, escolas, um sindicato de início comandado pela família, policiamento e hospital. Dessa forma, os Lundgren se tornaram grandes latifundiários da Paraíba devido a obtenção de terras para o seu projeto fabril.

Consequentemente, se tornaram coronéis e políticos, a partir da instalação de uma fábrica de tecidos no interior do Estado da Paraíba. Sendo assim, teria o coronelismo diversas faces?

Diversas faces porque ao mesmo tempo em que os Lundgren eram industriais, representavam uma figura paternalista e política. Apesar de não agirem diretamente na

política do interior paraibano, os industriais usavam de indicações de parentes e de pessoas com cargos importantes na fábrica, para se chegar ao poder.

Os Lundgren participaram inicialmente em 1917, com relações políticas para as compras das terras, a posteriori em 1927, com a chegada do diretor da indústria ao cargo de prefeito de Mamanguape, sucedidos nos anos de 1929, 1931, 1934 e 1936.

Assim sendo, constatamos que em um curto intervalo de tempo, que compreende o período da compra das terras da construção do núcleo e da inauguração da CTP - Fábrica Rio Tinto, os Lundgren legitimaram-se coronéis na Paraíba, quando participa da política local e firma o seu poder na região, apresentando como candidatos os funcionários de confiança da sua fábrica e membros da sua família. Portanto, esses mandatos eram assumidos por outras pessoas ligadas aos industriais, marcando, mesmo que com intervalos, sucessivas dualidades administrativas entre o público e o privado. Ou seja, um jogo organizado entre a fábrica e a prefeitura que perpetuou até os anos 40.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Marcos Cavalcanti de. *Mamanguape: apogeu, declínio e ressurgimento*. João Pessoa: Idea, 2009.
- ALVIM, Rosilene. *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- ARAÚJO, Marianna de Queiroz. A Família Lundgren e a fundação da cidade de Rio Tinto: Do medo ao acirramento dos conflitos fundiários. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v.1, n.3, p. 124-135, novembro de 2017. ISSN 2526- 4702.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, *Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. Dados [online]. 1997, vol.40, n.2, pp.-. ISSN 0011-5258.
- CORREIA, Telma de Barros. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. *R.B Estudos Urbanos e Regionais*, nº4, 2001.
- COSTA, Coelho Adailton. *Mamanguape: a fênix paraibana*. João Pessoa: Grapset, 1986.
- FERNADES, Batista João. *Rio Tinto: o extinto*. s.n, 1971.
- _____. *Rio Tinto: o falso município*. s.n, Sapé, 1978.
- _____. *O Pai do vento*. s.n, Santa Rita, 2000.
- GÓES, Raul. *Um Sueco Emigra para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora S/A, 1963.
- GURJÃO, Eliete de Queiróz. *Morte e Vida das Oligarquias*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. *Estrutura de poder na Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 1999.
- HULTZER, Ribeiro Celina. Operários Unidos, até quando? Uma história antiga. Recife: *Revista Política & Trabalho: Mestrado em Ciências Sociais*, ed. 05, 1986.
- LEAL, Nunes Victor. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LOPES, L. S. José. *Memória e transformação social: trabalhadores de cidades industriais*. Mana vol.17 no. 3 Rio de Janeiro Dec. 2011.
- _____. *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Editora Universidade de Brasília.
- MOONEN, Frans; MAIA, Luciano Mariz. *História dos índios Potiguara: 1500-1983 Relatórios e Documentos*. Recife, s.n. 2008.

- MOREIRA, Silvestre Alinnie. *Liberdade tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c. 1831- c.1870)*. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, 2005.
- NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República - da Queda da Monarquia ao Fim do Estado Novo*. São Paulo: Contexto, 2016.
- PANET, Amélia *et al.* *Rio Tinto: estrutura urbana trabalho e cotidiano*. João Pessoa: UNIPÊ editora, 2002.
- RAGO, Luiza Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil, 1890 - 1930*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RODRIGUES, Alves Adiel. *Panorama de Mamanguape: uma exposição histórica do município*. Recife: Communigraf, 2008.
- SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, 1999.
- SOUZA, Paula Aragão de; PONTUAL, Virgínia. *Chaminés simbólicas e conjuntos indissociáveis: A integridade nos tombamentos de núcleos fabris*. 1º Simpósio Científico ICOMOS. Belo Horizonte, 2017.
- VALE, Campina Eltern. *Tecendo fios, fazendo história: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.

FONTES

Hemeroteca Digital – Jornais

Almanak do Estado de Pernambuco: 1894.

Almanach de Pernambuco: 1906.

A província: Órgão do Partido Liberal (PE): 1911.

Diário de Pernambuco: 1872, 1873, 1874, 1876, 1893, 1898, 1907, 1913, 1916, 1920, 1937.

Jornal de Recife: 1876, 1915.

Jornal Pequeno: 1947.

Jornal o Publicador: 1866.